

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 4º trimestre de 2023

Porto Velho, 12 de março de 2024 - A Administração da Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Rondônia”, “ERO” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T23) e exercício de 2023. As informações financeiras trimestrais intermediárias a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



704 mil
clientes cativos



110
clientes livres



1,8 milhão
de habitantes



237.754
Km²



2.299
Colaboradores (*)
1.456 próprios e
843 terceirizados



52
municípios

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2023	2022	Acréscimo
Subestações - nº	74	73	1
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.793	1.675	118
Linhas de transmissão - km	1.990	1.911	79
Redes de distribuição - km	73.101	70.744	2.357
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	139.645	126.758	12.887
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.942	1.789	153

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Desempenho econômico-financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	531,8	695,0	- 23,5	2.327,8	2.441,0	- 4,6
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	488,8	490,0	- 0,2	1.961,6	1.827,2	+ 7,4
Margem bruta	203,7	213,0	- 4,3	874,7	782,6	+ 11,8
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	212,8	209,1	+ 1,8	873,1	771,3	+ 13,2
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	10,6	81,0	- 87,0	320,7	268,6	+ 19,4
Resultado financeiro	(95,9)	(149,0)	- 35,6	(472,5)	(571,5)	- 17,3
Prejuízo líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	(109,5)	(67,3)	+ 62,8	(288,9)	(358,6)	- 19,4
Indicadores operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	703,9	695,8	+ 1,2	703,9	695,8	+ 1,2
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	945,0	870,3	+ 8,6	3.474,7	3.288,4	+ 5,7
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	1.043,5	943,4	+ 10,6	3.815,7	3.563,9	+ 7,1
Indicadores Relativo						
EBITDA ajustado/Receita líquida (%)	2,0	11,6	- 9,7 p.p.	13,8	11,0	+ 2,8 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	2023	2022	Var. %			
Ativo total	5.422,9	5.003,1	+ 8,4			
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	271,5	182,4	+ 48,9			
Patrimônio líquido	181,4	(1.552,7)	-			
Endividamento líquido	2.621,5	2.908,8	- 9,9			

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção. | (2) Margem bruta ajustada: Margem bruta expurgando o efeito do VNR. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A ANEEL aprovou em dezembro de 2023 a Revisão Tarifária Periódica da ERO homologando um crescimento real de 52% da base de ativos da distribuidora. Para mais detalhes recorrer ao item 8 deste documento.

3. Receita operacional

No 4T23, a receita operacional líquida deduzida da receita de construção mostrou variação de 0,2%, totalizando R\$ 488,8 milhões, praticamente em linha com o 4T22.

A receita operacional líquida do período está influenciada, em parte, pela atualização financeira do VNR no valor negativo de R\$ 9,1 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T23, foi de R\$ 498,0 milhões, +2,4% (R\$ 11,8 milhões) maior do que o mesmo período de 2022.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	736,0	500,2	+ 47,1	2.644,8	2.204,7	+ 20,0
✓ Residencial	384,6	250,3	+ 53,6	1.332,5	1.096,6	+ 21,5
✓ Industrial	42,6	36,8	+ 15,7	178,1	161,8	+ 10,1
✓ Comercial	148,1	104,1	+ 42,2	546,4	460,0	+ 18,8
✓ Rural	82,2	53,9	+ 52,5	306,3	251,0	+ 22,0
✓ Outras classes	78,5	55,1	+ 42,6	281,4	235,3	+ 19,6
(+) Suprimento de energia elétrica	0,1	3,7	- 98,2	1,7	27,3	- 93,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	(6,9)	(4,9)	+ 39,1	17,3	6,3	+ 175,7
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	30,5	16,9	+ 80,2	106,4	68,7	+ 54,9
(+) Receita de construção de infraestrutura	43,0	205,0	- 79,0	366,2	613,7	- 40,3
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	(27,3)	99,3	-	25,5	226,9	- 88,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	27,8	21,6	+ 28,9	96,5	82,3	+ 17,2
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(9,1)	3,9	-	1,7	11,2	- 85,1
(+) Outras receitas	(2,3)	2,7	-	1,9	8,91	- 78,3
(=) Receita operacional bruta	791,7	848,4	- 6,7	3.261,9	3.250,1	+ 0,4
(-) Impostos sobre vendas	190,4	91,9	+ 107,2	670,8	563,3	+ 19,1
(-) Encargos setoriais	69,6	61,5	+ 13,2	263,3	245,8	+ 7,1
(=) Receita operacional líquida	531,8	695,0	- 23,5	2.327,8	2.441,0	- 4,6
(-) Receita de construção de infraestrutura	43,0	205,0	- 79,0	366,2	613,7	- 40,3
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	488,8	490,0	- 0,2	1.961,6	1.827,2	+ 7,4

3.1. Margem bruta

No 4T23, a margem bruta alcançou R\$ 203,7 milhões, 4,3% menor do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada atingiu R\$ 212,8 milhões, aumento de 1,8% em relação ao 4T22.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	531,8	695,0	- 23,5	2.327,8	2.441,0	- 4,6
(-) Custo de construção de infraestrutura	43,0	205,0	- 79,0	366,2	613,7	- 40,3
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)	488,8	490,0	- 0,2	1.961,6	1.827,2	+ 7,4
(-) Custos e despesas não controláveis	285,1	277,1	+ 2,9	1.086,9	1.044,7	+ 4,0
Energia elétrica comprada para revenda	250,0	240,0	+ 4,2	937,9	912,9	+ 2,7
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	35,1	37,1	- 5,6	149,0	131,8	+ 13,0
(=) Margem bruta	203,7	213,0	- 4,3	874,7	782,6	+ 11,8
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(9,1)	3,9	-	1,7	11,2	- 85,1
(=) Margem bruta ajustada	212,8	209,1	+ 1,8	873,1	771,3	+ 13,2

No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- Na rubrica de Receita de energia elétrica, o aumento de 47,1% pode ser explicado por um efeito de tarifa maior em função do reajuste tarifário ocorrido em dezembro de 2022 (+22% em média) e pelo crescimento do mercado da distribuidora de 10,6%, no comparativo entre os trimestres;
- Na rubrica de Suprimento de Energia, composta pela liquidação de energia no mercado de curto prazo, a variação de 98,2% é reflexo da redução do nível de contratação (diferença entre energia contratada e carga realizada) das distribuidoras de energia credoras no MCP.

- (iii) Os ativos e passivos setoriais registraram uma redução de R\$ 126,6 milhões neste trimestre devido (i) Em 2023, o PLD médio negociado foi de R\$ 77,58/MWh, o que comparado ao ano anterior, gera um financeiro menor uma vez que o PLD médio em 2022 de R\$ 55,70/MWh, e (ii) em função do cenário de escassez hídrica em 2022, o custo de energia superior a cobertura tarifária foi homologado nas tarifas e transferido para a amortização. Em 2023, com a mudança do cenário climático e mercado crescente, os custos se mantêm mais equilibrados levando a uma formação de financeiro menor. Assim, as distribuidoras amortizaram um financeiro maior e tiveram uma formação de itens financeiros (CVA) negativa.
- (iv) A linha de ativo financeiro da concessão - VNR apresentou redução de R\$ 13,0 milhões no 4T23 na comparação ao mesmo período do ano passado, devido a menor inflação registrada no período referente à atualização ativo financeiro e devido ao ajuste negativo de R\$ 10,8 milhões na linha de VNR, efeito oriundo da revisão tarifária.

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.043,5 GWh aumento de 10,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (maior taxa para o 4T em 11 anos).

O mercado da distribuidora cresceu nas principais classes de consumo, em especial a residencial, comercial e industrial. O calendário maior em nov/23 e dez/23 e o clima quente, com máximas de quase 40°C direcionou o resultado. A classe residencial (+14,9% ou 61,6 GWh) apresentou a maior taxa em 3 anos e direcionou 56% da alta diante do clima quente. Na comercial (+9,1% ou 17,1 GWh), destaque para o comércio atacadista, especialmente distribuidores de alimentos. Já na classe industrial (+7,7% ou 9,7 GWh), frigoríficos e laticínios, além de atividade de mineração direcionaram. Na mesma linha, Poder Público (+19,6%): sobretudo prefeituras e judiciário.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Residencial	475,8	414,2	+ 14,9	1.682,5	1.557,2	+ 8,1
Industrial	136,0	126,3	+ 7,7	525,7	485,9	+ 8,2
Cativo Industrial	62,9	70,8	- 11,2	266,6	276,2	- 3,5
Livre Industrial	73,1	55,5	+ 31,8	259,0	209,6	+ 23,6
Comercial	205,0	187,9	+ 9,1	759,4	709,2	+ 7,1
Cativo Comercial	179,6	170,3	+ 5,5	677,4	643,3	+ 5,3
Livre Comercial	25,4	17,6	+ 44,6	82,0	65,9	+ 24,3
Rural	101,8	94,2	+ 8,0	384,9	374,8	+ 2,7
Cativo Rural	101,8	94,2	+ 8,0	384,9	374,8	+ 2,7
Livre Rural	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outros	124,9	120,8	+ 3,4	463,3	436,9	+ 6,0
Cativo Outros	124,9	120,8	+ 3,4	463,3	436,9	+ 6,0
Livre Outros	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
1 Vendas de energia no mercado cativo	945,0	870,3	+ 8,6	3.474,7	3.288,4	+ 5,7
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	98,6	73,1	+ 34,8	341,0	275,6	+ 23,7
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.043,5	943,4	+ 10,6	3.815,7	3.563,9	+ 7,1
4 Fornecimento não faturado	2,0	9,3	- 78,6	23,9	15,7	+ 52,4
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.045,5	952,7	+ 9,7	3.839,6	3.579,6	+ 7,3

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 703.927 unidades consumidoras cativas, quantidade 1,2% superior à registrada no mesmo período do ano anterior, e com 110 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#)

3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o ano com indicador de perdas totais em 22,23%, apresentando uma redução de 0,23 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando abaixo do limite regulatório. É o melhor resultado histórico de fechamento anual da companhia.

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	
8,88	8,01	7,65	13,58	13,68	14,58	22,46	21,70	22,23	22,26

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Variação em p.p.
2,15	3,69	-1,53

Para os clientes residenciais de baixa renda a Energisa aderiu ao programa “Desenrola Brasil” que foi ação relevante na regularização de débitos dos clientes aptos ao programa contribuindo na redução de R\$ 5,6 MM na PPECLD no trimestre

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Variação em p. p.
94,35	93,90	0,45

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

No trimestre, a Companhia, registrou uma redução de 1,58 horas no DEC de 0,55 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior .

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/23	dez/22	Var.(%)	dez/23	dez/22	Var.(%)		
21,25	22,83	- 6,9	8,12	8,67	- 6,3	27,24	18,75

3.6. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Seguem os valores por período:

Trimestre			Exercício		
4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
124,4	120,0	+ 3,7	500,7	446,0	+ 12,3

Trimestre			Exercício		
4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
27,8	21,6	+ 28,9	96,5	82,3	+ 17,2

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 513,7 milhões no 4T23, crescimento de 28,0% (R\$ 112,2 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	285,1	277,1	+ 2,9	1.086,9	1.044,7	+ 4,0
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	250,0	240,0	+ 4,2	937,9	912,9	+ 2,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	35,1	37,1	- 5,6	149,0	131,8	+ 13,0
2 Custos e despesas controláveis	153,8	115,0	+ 33,7	476,8	462,0	+ 3,2
2.1 PMSO	109,4	98,7	+ 10,8	351,2	352,9	- 0,5
2.1.1 Pessoal e administradores e benefício pós-emprego	37,5	41,8	- 10,4	119,1	119,0	+ 0,1
2.1.3 Material	16,6	7,8	+ 112,5	36,8	31,5	+ 16,6
2.1.4 Serviços de terceiros	48,7	41,9	+ 16,3	174,1	166,0	+ 4,9
2.1.5 Outras	6,7	7,2	- 8,0	21,2	36,4	- 41,7
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	2,0	1,1	+ 80,6	4,8	2,5	+ 93,9
✓ Outros	4,7	6,2	- 23,7	16,4	33,9	- 51,7
2.2 Provisões/Reversões	44,4	16,3	+ 172,5	125,6	109,1	+ 15,1
2.2.1 Contingências	36,9	6,7	+ 447,5	66,4	25,3	+ 162,0
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	7,6	9,6	- 20,9	59,2	83,8	- 29,4
3 Demais receitas/despesas	74,8	9,4	+ 698,8	212,2	96,4	+ 120,2
3.1 Amortização e depreciação	26,3	(0,7)	-	136,7	55,7	+ 145,6
3.2 Outras receitas/despesas	48,5	10,1	+ 381,2	75,5	40,7	+ 85,4
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	513,7	401,5	+ 28,0	1.775,9	1.603,1	+ 10,8
Custo de construção de infraestrutura ⁽¹⁾	43,0	205,0	- 79,0	366,2	613,7	- 40,3
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	556,7	606,5	- 8,2	2.142,1	2.216,8	- 3,4

⁽¹⁾ Os custos de construção da infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 37,5 milhões, redução de 10,4% (R\$ 4,4 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) - R\$ 2,6 milhões a menores provisões de férias;
- (ii) - R\$ 1,7 milhões de menores gastos com PLR, devido a menor realização na comparação entre os trimestres;

✓ Despesas com materiais

No 4T23, as despesas com materiais atingiram R\$ 16,6 milhões, aumento de R\$ 8,8 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 5,8 milhões referentes a gasto de materiais técnicos de manutenção corretiva;
- (ii) + R\$ 2,7 milhões de despesas com segurança, sendo R\$ 0,3 milhão para atender as orientações da Resolução ANEEL 1.000;

✓ Despesas com serviços de terceiros

No trimestre, as despesas serviços de terceiros atingiram R\$ 48,7 milhões, aumento de 16,3% (R\$ 6,8 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) + R\$ 3,5 milhões nas despesas de manutenção e conservação como despesas com poda de árvore, limpeza de faixa de servidão, manutenção em linhas e equipamentos;
- (ii) + R\$ 1,1 milhões com maiores despesas Intercompany;
- (iii) + R\$ 2,3 milhões devido a menores capitalizações;

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 6,7 milhões, redução de 8,0% (R\$ 0,6 milhão) comparado ao mesmo período do ano passado, explicado em grande parte pelos seguintes fatores:

- (i) - R\$ 3,0 milhões referentes ao reembolso de Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), contrapartida do projeto Mais luz para Amazônia;
- (ii) + R\$ 1,0 milhão maiores despesas com patrocínios e doações.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

PPECLD de R\$ 59,2 milhões, redução de R\$ 24,6 milhões no ano. Para maiores detalhes, recorrer ao item 3.4.1 deste relatório.

Provisões/Reversões - Contingências

No trimestre, as provisões para contingências apresentaram aumento de R\$ 30,1 milhões, quando comparado com o mesmo trimestre anterior, principalmente pelo impacto de R\$ 22,3 milhões envolvendo discussões sobre incorporação de rede em virtude da revisão tarifária.

Outras receitas/despesas

No trimestre, as outras despesas liquidas apresentaram um aumento de R\$ 38,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de: (i) R\$ 29,7 milhões correspondentes à baixa de estoques de reforma (vide nota 15 das Demonstrações Financeiras - Ativo Contratual - infraestrutura em construção); e (ii) R\$ 6,9 milhões referentes às baixas contábeis em razão do saneamento da base de ativos após a revisão tarifária.

5. Prejuízo líquido e EBITDA

No trimestre, o prejuízo líquido foi de R\$ 118,6 milhões, acréscimo de 93,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o prejuízo líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 109,5 milhões, R\$ 42,2 milhões (+ 62,8%) acima do registrado no 4T22.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) Prejuízo líquido do período	(118,6)	(61,3)	+ 93,4	(57,3)	(287,2)	(350,0)	- 18,0	62,8
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(9,1)	3,0	-	(12,1)	1,7	8,6	- 80,4	(6,9)
(=) Prejuízo líquido ajustado	(109,5)	(64,3)	+ 70,4	(45,2)	(288,9)	(358,6)	- 19,4	69,7
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(3,0)	-	3,0	-	-	-	-
(=) Prejuízo líquido ajustado recorrente	(109,5)	(67,3)	+ 62,8	(42,2)	(288,9)	(358,6)	- 19,4	69,7

(1) No 4T22, os valores atribuídos à “Receita não faturada” representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram reapresentados em 2023, resultando na sua eliminação.

O EBITDA totalizou R\$ 1,5 milhão no trimestre, redução de R\$ 86,4 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 10,6 milhões, R\$ 70,4 milhões (- 87,0%) menor que o mesmo período do ano anterior. Os principais impactos para o resultado apresentado são: +R\$ 30,2 milhões de aumento das provisões para contingências e R\$ 38,4 milhões nas outras despesas e receitas listados na seção 4.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	1,5	87,8	- 98,3	(86,4)	322,4	279,8	+ 15,2	42,6
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(9,1)	3,9	-	(13,0)	1,7	11,2	- 85,1	(9,6)
(=) EBITDA ajustado	10,6	84,0	- 87,4	(73,4)	320,7	268,6	+ 19,4	52,2
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(3,0)	-	3,0	-	-	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	10,6	81,0	- 87,0	(70,4)	320,7	268,6	+ 19,4	52,2

(1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram reapresentados em 2023, resultando na sua eliminação.

6. Estrutura de capital

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 207,7 milhões em dezembro, frente aos R\$ 264,4 milhões registrados em setembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram montante negativo de R\$ 63,8 milhões em dezembro contra saldo positivo de R\$ 35,7 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 2.621,5 milhões, contra R\$ 2.603,7 milhões em setembro de 2023 e o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado aumentou para 7,4x.

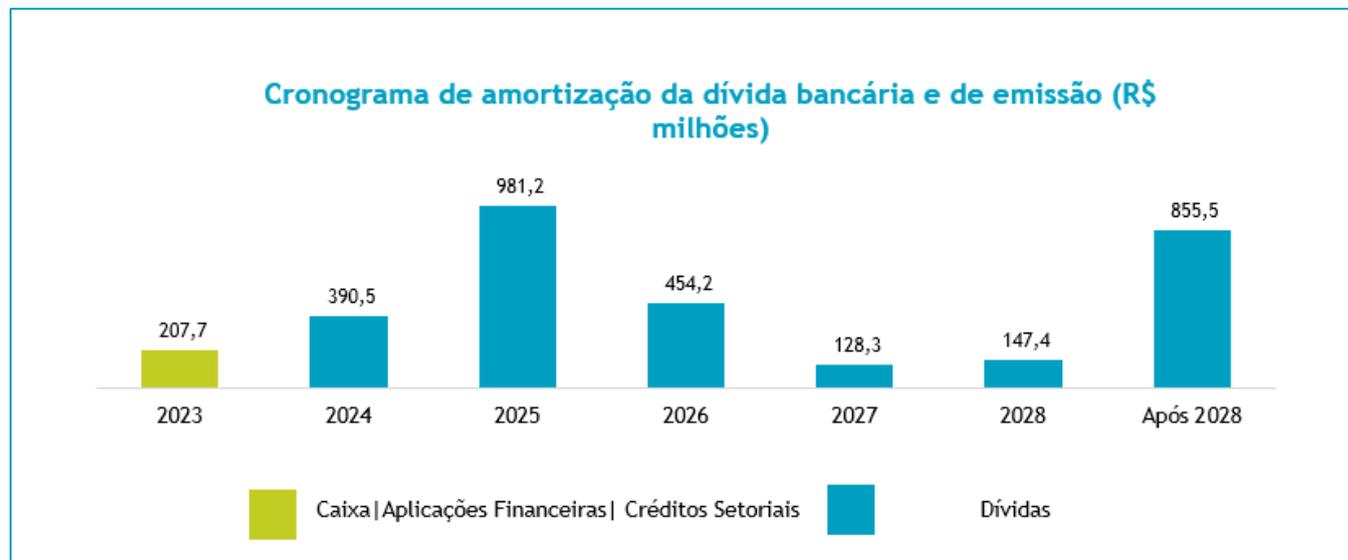
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
Circulante	446,0	673,9	1.059,1
Empréstimos e financiamentos	36,6	35,2	319,5
Debêntures	320,6	527,8	627,5
Encargos de dívidas	33,3	38,3	25,3
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	2,2	19,3	19,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	53,3	53,3	67,5
Não Circulante	2.383,2	2.194,2	1.679,9
Empréstimos e financiamentos	1.264,5	1.292,3	778,9
Debêntures	1.302,1	1.041,1	1.060,3
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	22,4	14,3	14,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(205,8)	(153,5)	(174,1)
Total das dívidas	2.829,2	2.868,0	2.738,9
(-) Disponibilidades financeiras	271,5	300,1	426,3
✓ Caixa e equivalentes de caixa	97,5	129,2	305,9
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	174,0	170,8	120,4
Total das dívidas líquidas	2.557,7	2.568,0	2.312,6
(-) Créditos CDE	20,3	14,6	11,8
(-) Créditos CCC	4,4	(3,1)	(5,7)
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(88,5)	(47,3)	105,9
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	2.621,5	2.603,7	2.200,6
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses ⁽²⁾	7,4	5,8	5,7

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

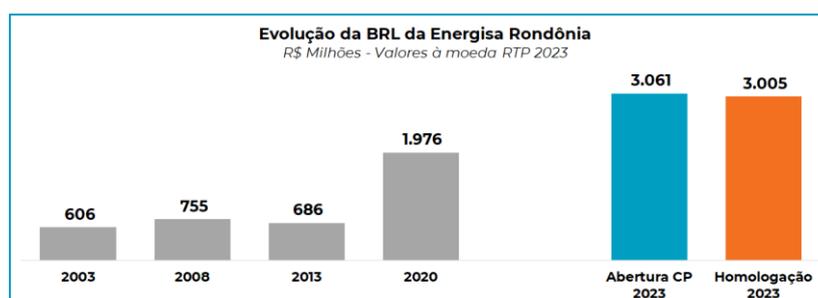
A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Ativo Elétrico	71,6	234,7	- 69,5	415,2	688,4	- 39,7
Obrigações Especiais (*)	(3,6)	53,9	-	84,6	160,6	- 47,3
Ativo não Elétrico	3,6	10,5	- 65,4	15,9	26,4	- 39,8
Total dos Investimentos	71,6	299,1	- 76,1	515,7	875,3	- 41,1

(*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. Conclusão da Revisão Tarifária

No ano de 2023, foi homologada a revisão tarifária que resultou em R\$ 3.005 milhões de base de ativos da distribuidora, representando crescimento real de 52% em relação a última base de ativos homologada em 2020, ou seja, crescimento de cerca 17% ao ano. Ao todo foram investidos R\$ 2.229 milhões desde a última revisão tarifária.



9. Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança

A Energisa Rondônia conta com um total de 2.299 colaboradores, divididos entre 1.456 empregados diretos e 843 parceiros contratados de terceiros. A empresa está comprometida com a constante evolução do ambiente de trabalho oferecido aos seus colaboradores, os quais são alvo de ações contínuas de capacitação, análise de desempenho e valorização.

O processo de avaliação de desempenho foi reformulado recentemente e passou a ser denominado Ciclo de Carreira e Desenvolvimento. Esse novo ciclo oferece um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador, proporcionando assim uma gestão mais eficaz e alinhada com os objetivos individuais e organizacionais.

Além disso, a Energisa tem como foco a saúde e integridade dos seus colaboradores, por meio da atuação preventiva e a gestão de um ambiente de trabalho saudável que abrange todos os níveis do Grupo. Para facilitar o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, a Energisa integra todas as áreas da organização em conjunto com as lideranças, incentivando a participação nos programas de promoção da saúde.

Por isso, o Grupo implantou a iniciativa Viva Energia, que tem como objetivo o foco na saúde integrada dos colaboradores. Suas ações são voltadas à prevenção de doenças, ao estímulo a um estilo de vida saudável e ao acompanhamento das condições de saúde de todo o público interno, incluindo pacientes crônicos e grupos de risco. O atendimento é realizado por equipes multidisciplinares, compostas por médicos do trabalho, nutricionistas, profissionais de educação física, fisioterapeutas e psicólogos. Além destas ações, ele também oferece atenção especial às colaboradoras gestantes (e às dependentes dos colaboradores). Busca prevenir doenças ocupacionais e combater a transmissão de moléstias no ambiente de trabalho, proporcionando um ambiente seguro e saudável para nossas pessoas.

Também foi criado o programa Saúde Integral, com iniciativas focadas no bem-estar de colaboradores e dependentes. Este é a porta de entrada para que o beneficiário tenha apoio e atendimento 24 horas por dia e sete dias por semana em campos como social, psicológico, físico, jurídico, nutricional, previdenciário e financeiro. Para pacientes crônicos, como portadores de obesidades, doenças cardiovasculares, diabetes ou doenças respiratórias, há monitoramento ativo, com atendimento telefônico e orientações específicas.

10. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Rondônia destinou cerca de R\$ 1,0 milhão para ações de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras.

Eficiência energética

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. A empresa investiu R\$ 7,3 milhões no ano de 2023.

Iniciativas socioculturais

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos. Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Iniciativas ambientais

A Energisa Rondônia, seguindo as políticas do Grupo Energisa, compromete-se com a gestão responsável do meio ambiente em que opera, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e buscando continuamente melhorar seu desempenho ambiental. Com uma equipe dedicada à gestão ambiental e ao licenciamento de projetos, a empresa baseia suas práticas em um sistema de gestão alinhado à norma ISO 14001.

A empresa enfrenta os impactos sociais e ambientais de suas atividades com o apoio de iniciativas e práticas que refletem seu compromisso e responsabilidade ambiental. As principais ações incluem:

Energia: Implementação do Projeto de Consumo Consciente visando expandir a economia de energia. Isso envolve campanhas voltadas aos colaboradores sobre o uso eficiente de energia, através de cartilhas e comunicação interna (intranet, adesivos, cartazes e proteção de tela para computadores). Estratégias de economia de energia incluem a regulação do uso de ar-condicionado, limitando sua operação e temperatura; desligamento da iluminação externa e de áreas comuns quando não em uso; instalação de sensores de movimento e a substituição por lâmpadas LED.

Mudanças Climáticas: Energisa se posiciona como líder na transformação energética visando a neutralidade de carbono até 2050. Isso será alcançado através do investimento em eficiência energética, desativação de usinas termelétricas, priorização de energias renováveis e medidas para a redução de emissões de gases de efeito estufa. O Projeto NetClima permite à empresa monitorar as condições climáticas em tempo real, antecipando-se às tempestades e preparando as equipes para atuação.

Emissões de Gases de Efeito Estufa: Em 2022, o Grupo Energisa publicou seu segundo inventário de gases de efeito estufa conforme a metodologia do GHG Protocol referente ao ano anterior, recebendo a certificação Selo Ouro do GHG Protocol após auditoria. Essa certificação é a mais alta concedida a empresas que demonstram total transparência na publicação de seus inventários de emissões. A interligação ao Sistema Integrado Nacional permitiu a desativação da UTE Colniza, a última usina a diesel em operação isolada, resultando na redução de cerca de 5.000 toneladas anuais de emissões de gases de efeito estufa.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	97.491	74.405
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	174.035	107.993
Consumidores e concessionárias	6	429.443	338.705
Estoques		17.861	23.446
Tributos a recuperar	7	79.494	145.994
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	33	13.669	21.308
Ativos financeiros setoriais	9	7.104	1.427
Direito de ressarcimento	10	25.159	16.040
Outros créditos	11	89.080	155.904
Total do circulante		933.336	885.222
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	163.949	241.562
Tributos a recuperar	7	20.178	67.614
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	33	209.340	109.856
Cauções e depósitos vinculados	24.1	1.127.359	933.431
Ativos financeiros setoriais	9	42.508	32.980
Ativos financeiros indenizável da concessão	14	368.809	268.035
Outros créditos	11	6.567	73.453
		1.938.710	1.726.931
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	15	210.124	525.658
Investimento		167	166
Imobilizado	16	41.897	44.277
Intangível	17	2.298.657	1.820.846
Total do não circulante		4.489.555	4.117.878
Total do ativo		5.422.891	5.003.100

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

2. Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	18	237.992	191.852
Encargos de dívidas	19	33.254	44.615
Empréstimos e financiamentos	19	36.640	596.154
Debêntures	20	320.620	595.092
Folha de Pagamento		4.376	8.272
Impostos e contribuições sociais	21	68.298	53.173
Encargos setoriais	23.1	39.504	47.772
Incorporação de redes	23.2	209.606	246.813
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	33	66.960	86.093
Obrigações estimadas		23.376	21.336
Passivos financeiros setoriais	9	137.093	52.240
Obrigações de ressarcimento		-	6.437
Benefícios pós-emprego	34	917	16.661
Arrendamentos operacionais		213	411
Outros passivos	25	59.112	56.635
Total do circulante		1.237.961	2.023.556
Não circulante			
Fornecedores	18	4.455	2.649
Empréstimos e financiamentos	19	1.264.483	595.309
Debêntures	20	1.302.121	1.263.564
Impostos e contribuições sociais	21	9.070	16.936
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	12.538	10.903
Encargos setoriais	23.1	21.498	18.384
Benefícios pós-emprego	34	21.587	6.243
Débitos com partes relacionadas	12	343.709	1.436.563
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	33	3.581	-
Passivos financeiros setoriais	9	1.060	840
Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental	24	953.096	1.022.658
Arrendamentos operacionais		1.882	2.076
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	22	7.228	74.329
Outros passivos	25	57.190	81.813
Total do não circulante		4.003.498	4.532.267
Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital			
Capital social	26.1	3.468.699	3.449.025
Reserva de capital	26.2	2.691.565	743.368
Prejuízos acumulados		(6.332.629)	(6.045.448)
Outros resultados abrangentes	26.3	20	332
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	353.777	300.000
Total do patrimônio líquido		181.432	(1.552.723)
Total do passivo e patrimônio líquido		5.422.891	5.003.100

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

3. Demonstração de resultados

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	27	2.327.840	2.440.976
Custo do serviço de energia elétrica	28	(1.086.862)	(1.044.692)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	28	(756.883)	(955.983)
Lucro bruto		484.095	440.301
Despesas gerais e administrativas	28	(222.874)	(175.449)
Outras receitas	29	9.731	17.582
Outras despesas	29	(85.240)	(58.304)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		185.712	224.130
Receita financeira	30	137.610	139.416
Despesa financeira	30	(610.105)	(710.882)
Despesas financeiras líquidas		(472.495)	(571.466)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(286.783)	(347.336)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(398)	(2.672)
Prejuízo do exercício		(287.181)	(350.008)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$	31	(17,58)	(45,75)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

4. Demonstração do resultado abrangente

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício	31	(287.181)	(350.008)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	26.3	(312)	2.310
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(287.493)	(347.698)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

5. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de capital		Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Outras reservas	ILP				
Saldos em 01 de janeiro de 2022 - (reapresentado)	3.440.347	(117.560)	987	(5.695.440)	(1.978)	-	(2.373.644)
Aumento de capital conforme RCA 26/01/2022	26.1 8.683	859.660	-	-	-	-	868.343
Retificação do aumento de capital conforme AGE 28/04/2022	26.1 (5)	5	-	-	-	-	-
Programa de remuneração variável (ILP)	26.2 -	-	276	-	-	-	276
Prejuízo do exercício	-	-	-	(350.008)	-	-	(350.008)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12 -	-	-	-	-	300.000	300.000
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	26.3 -	-	-	-	2.310	-	2.310
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.449.025	742.105	1.263	(6.045.448)	332	300.000	(1.552.723)
Aumento de capital conforme RCA 24/04/2023	26.1 19.674	1.947.753	-	-	-	(300.000)	1.667.427
Programa de remuneração variável (ILP)	26.2 -	-	444	-	-	-	444
Prejuízo do exercício	-	-	-	(287.181)	-	-	(287.181)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12 -	-	-	-	-	353.777	353.777
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	26.3 -	-	-	-	(312)	-	(312)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.468.699	2.689.858	1.707	(6.332.629)	20	353.777	181.432

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

6. Demonstração do valor adicionado

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia e serviços	27	2.895.683	2.636.353
Outras receitas	29	9.731	17.582
Receitas relativas a construção de ativos próprios	27 e 28	369.661	621.563
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	28	(59.168)	(83.778)
		3.215.907	3.191.720
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida e encargo de uso do sistema		(1.192.970)	(1.145.909)
Materiais e serviços de terceiros		(214.525)	(203.282)
Outros custos operacionais		(531.016)	(720.071)
		(1.938.511)	(2.069.262)
Valor adicionado bruto		1.277.396	1.122.458
Amortização e depreciação	28	(136.694)	(55.662)
Valor adicionado líquido		1.140.702	1.066.796
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	30	144.395	146.094
Valor adicionado total a distribuir		1.285.097	1.212.890
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		46.565	53.623
Benefícios		37.560	34.601
FGTS		9.222	7.064
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		153.591	142.051
Estaduais		445.590	356.275
Municipais		343	366
Obrigações intrassetoriais		263.315	245.814
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	30	613.529	718.717
Aluguéis		2.563	4.387
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício	31	(287.181)	(350.008)
		1.285.097	1.212.890

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

7. Demonstração dos fluxos de caixa

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(287.181)	(350.008)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	398	2.672
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		337.482	450.252
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	(1.673)	(11.226)
Amortização e depreciação	28	136.694	55.662
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	28	59.168	83.778
Provisão (reversão) para riscos trabalhista, cível, fiscais e regulatória	28	(48.969)	(127.883)
Marcação a Mercado da Dívida	30	92.392	(31.802)
Marcação a Mercado de derivativos	30	(94.260)	31.552
Instrumentos Financeiros e Derivativos		77.990	99.517
Perda na desativação de bens do imobilizado e do intangível	29	63.655	33.677
Programa de remuneração variável - ILP	12	444	425
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(69.657)	(10.633)
Diminuição de estoques		5.585	9.747
Diminuição de tributos a recuperar		18.613	20.375
(Aumento) Cauções e depósitos vinculados		(119.910)	(240.629)
Diminuição de outros créditos		78.178	850.081
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		49.989	(91.656)
Aumento de impostos e contribuições sociais	21	133.987	87.673
Aumento de obrigações estimadas		2.040	8.044
Aumento de encargos setoriais	23.1	4.171	6.556
Variação dos ativos e passivos setoriais	9	(7.009)	(155.446)
Processos trabalhistas e cíveis pagos	24	(70.044)	(127.020)
(Diminuição) outras contas a pagar		(33.353)	(63.992)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		328.730	529.716
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(45.670)	(92.028)
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 16 e 17	(428.281)	(682.649)
Baixa de bens do Ativo financeiro indenizável da concessão, imobilizado e intangível	14, 16 e 17	24.802	31.783
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(449.149)	(742.894)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	1.100.496	515.798
Novos parcelamentos de impostos		-	(2.608)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	19 e 20	(1.351.272)	(608.403)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	19 e 20	(261.087)	(239.516)
Pagamento por liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		(92.752)	(61.507)
Pagamento por arrendamento mercantil		(392)	(1.016)
Pagamento de incorporação de redes	23.2	(59.171)	(64.813)
Partes relacionadas		455.213	435.466
Pagamento de parcelamento de impostos		(1.307)	(9.188)
Adiantamento para futuro aumento de capital		353.777	300.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		143.505	264.213
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		23.086	51.035
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5.1	74.405	23.370
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.1	97.491	74.405
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		23.086	51.035

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8. Balanço social

ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	2.327.840			2.440.976		
Resultado operacional (RO)	(287.181)			(347.336)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	126.684			120.389		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	29.872	23,58%	1,28%	26.967	22,40%	1,10%
Encargos sociais compulsórios	17.652	13,93%	0,76%	16.475	13,68%	0,67%
Previdência privada	3.268	2,58%	0,14%	3.040	2,53%	0,12%
Saúde	5.067	4,00%	0,22%	6.005	4,99%	0,25%
Segurança e saúde no trabalho	2.396	1,89%	0,10%	8.935	7,42%	0,37%
Educação	-	0,00%	0,00%	185	0,15%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	724	0,57%	0,03%	1.351	1,12%	0,06%
Creches ou auxílio-creche	1.198	0,95%	0,05%	993	0,82%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados	8.391	6,62%	0,36%	10.128	8,41%	0,41%
Outros	4.156	3,28%	0,18%	1.025	0,85%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	72.724	57,40%	3,12%	75.104	62,37%	3,07%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	428	-0,14%	0,02%	278	-0,08%	0,01%
Cultura	487	-0,16%	0,02%	449	-0,13%	0,02%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	83	-0,03%	0,00%	940	-0,27%	0,04%
Total das contribuições para a sociedade	998	-0,33%	0,04%	1.667	-0,48%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)	845.187	-285,35%	36,31%	482.217	-138,83%	19,76%
Total - Indicadores sociais externos	846.185	-285,68%	36,35%	483.884	-139,31%	19,83%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	26	-0,01%	0,00%	79	-0,02%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	2.242	-0,76%	0,10%	2.251	-0,65%	0,09%
Total dos investimentos em meio ambiente	2.268	-0,77%	0,10%	2.330	-0,67%	0,09%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%		<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
	<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.456			1.507		
Nº de admissões durante o período	137			330		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.841			997		
Nº de estagiários(as)	27			31		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	83			121		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	188			199		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	6,50%			16,67%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.049			1.073		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	32,25%			38,90%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	74			56		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	53,74			53,74		
Número total de acidentes de trabalho	3			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 375.785	no Procon 1.594	na Justiça 10.564	na empresa 375.785	no Procon 1.810	na Justiça 8.044
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100,16%	no Procon 98%	na Justiça 40%	na empresa 98,7%	no Procon 100%	na Justiça 45%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023:	1.285.097		Em 2022:	1.212.890	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	68% governo 0% acionistas		7% colaboradores(as) 48% terceiros -23% retido	61% governo 0% acionistas		8% colaboradores(as) 60% terceiros -29% retido
7 - Outras Informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	72.872			81.841		
7.1.2 - Investimento do Estado						
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária	9.011			12.160		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	81.883			94.001		
7.2 - Programa de eficiência Energética	7.302			9.728		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	3.410			11.468		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	92.595			115.197		

Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A (“Companhia” ou “ERO”), é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S.A., e possui sede na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. Sua área de concessão abrange os 52 municípios no Estado de Rondônia, atendendo a 704.033 consumidores.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 30 de outubro de 2018, Companhia assinou o contrato nº 02/2018-ANEEL, com direito a concessão dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica em Rondônia, com vigência até 29 de outubro de 2048, o direito de imobilização a receber registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil limitado ao novo prazo de concessão.

O contrato de concessão mencionado possui cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I. operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II. realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III. organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;
- IV. atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;
- V. implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;
- VI. cumprir metas de universalização do serviço de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentação da ANEEL;
- VII. as revisões tarifárias ordinárias obedecerão ao seguinte cronograma: a primeira revisão será procedida em 13/12/2023 e as subsequentes serão realizadas a cada 5 (cinco) anos a partir desta data;
- VIII. a Companhia deverá quitar os empréstimos junto ao Fundo da RGR previstos pela Portaria MME nº388, de 26 de julho de 2016, 442, de 23 de agosto de 2016 e 122, de 4 de abril de 2018, corrigidos conforme art. 4º, ~ 5º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971. Os pagamentos deverão ser realizados, mensalmente,

entre o mês subsequente ao mês da primeira revisão tarifária ordinária e o prazo final deste contrato, em parcelas iguais;

- IX. a Companhia fará jus ao reconhecimento tarifário de 79% do saldo devedor dos empréstimos a pagar, captados até a data-base estabelecida no Edital da Licitação, conforme definição do processo licitatório da concessão de distribuição de energia elétrica associada à transferência de controle da pessoa jurídica prestadora do serviço, realizada nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783/2013 e seus regulamentos, fazendo jus ao reconhecimento tarifário integral do saldo devedor dos empréstimos a pagar, captados após a data-base estabelecida no Edital da Licitação;
- X. submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e,
- XI. manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica regulada por este Contrato será considerada extinta, observadas as normas setoriais, nos seguintes casos: (a) advento do termo contratual, (b) encampação do serviço, (c) caducidade, (d) rescisão, (e) anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; e, (f) falência ou extinção da distribuidora. O advento do termo contratual opera de pleno direito a extinção da concessão, facultando-se ao Poder Concedente, quando indispensável à preservação da continuidade na prestação do serviço público, prorrogar precariamente o presente Contrato até a assunção de nova outorga.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 14, 15, e 27, respectivamente.

1.2. Patrimônio Líquido e Capital Circulante Líquido negativos

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 patrimônio líquido positivo no montante de R\$172.021 (R\$1.552.723 negativo em 2022), tendo apurado prejuízo de R\$296.592 (R\$350.008 em 2022). Neste exercício, também apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$314.036 (R\$1.138.334 em 2022).

A Administração, vem implementando ações objetivando reduzir custos operacionais, principalmente o de combate a perdas de energia, redução da inadimplência, manutenções e investimentos necessários nas linhas, redes e subestações, de forma a melhorar o desempenho econômico e financeiro da Companhia. Considera também, que para manter o ritmo de melhorias e a evolução econômica as necessidades de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia, serão garantidos pela controladora Energisa S/A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 33.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I - Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II - Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III - Nota explicativa nº 13 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social;
- IV - Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V - Nota explicativa nº 16 - Imobilizado;
- VI - Nota explicativa nº 17 - Intangível;
- VII - Nota explicativa nº 24 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório;
- VIII - Nota explicativa nº 28 - Custo e despesas operacionais;
- IX - Nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco; e,
- X - Nota explicativa nº 34 - Benefícios pós emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias- nota explicativa nº 6; e,
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - nota explicativa nº 33.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa

esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de hedge de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia designa certos instrumentos *de hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento *de hedge* e o item objeto *de hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento *de hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto *de hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 33, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento *de hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade *de hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade *de hedge* e como determinar o índice *de hedge*). Um relacionamento *de hedge* se qualifica para contabilidade *de hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento *de hedge*.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice *de hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento *de hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade *de hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento *de hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto *de hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto *de hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo

médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica que indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 14;

- g. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica, cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento às demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo

financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável;

- h. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares.

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, o seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

- j. **Arrendamentos** - os contratos, são avaliados se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Intangível direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados nas obras em curso com base na taxa média efetiva de captação limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

l. **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução a valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução a valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2023 e 2022 em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- m. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- n. **Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 33;

- o. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- p. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

- q. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

- r. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição

(TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal por meio da com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) são registradas pela competência da prestação do serviço, e tem como origem a utilização das redes de distribuição da Companhia por outras concessionárias e consumidores livres.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado dos exercícios em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (nota explicativa nº 10) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras;

- s. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Companhia concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- t. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- u. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e/ou substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 52 municípios do Estado do Rondônia, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras foi constituída por operações de CDB e compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 69,3% do CDI (93,0% do CDI em 2022).

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	57.269	74.280
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	9.636	-
Operações Compromissadas	30.586	125
Total de caixa e equivalentes de caixa	97.491	74.405

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, notas do tesouro nacional, CDB's, LFT, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 95,4% do CDI (88,0% do CDI em 2022).

Descrição	2023	2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	15.860	9.366
Compromissadas	1.302	224
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	8.334	8.541
Fundos de investimentos exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	24	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	6	27
Compromissadas	295	88
Fundo Multimercado	6	54
Fundo de renda fixa	147.795	89.148
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	140	176
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LFNP)	-	12
Letra Financeira (LF)	172	165
Nota de Crédito (NC)	7	-
Letra Financeira (LFS)	2	-
Letra Tesouro Nacional (LTN)	-	2
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	90	187
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	2	3
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante ⁽³⁾	174.035	107.993

(1) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -25,5% a 100,6% (-31,4% a 95,7% em 2022) e média ponderada -16,1% (-23,0% em 2022) do CDI.

(2) Fundos de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LFPN, LF, NC, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas em 103,5% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 101,6% do CDI Fundo BB Energisa, 85,1% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 98,6% (102,6% em 2022) do CDI Fundo Zona da Mata e (98,1% do CDI Fundo Cataguases em 2022).

(3) Inclui R\$166.323 (R\$98.373 em 2022) referente a recursos vinculados, conforme segue:

	2023	2022
Bloqueio	4.578	-
Depósito judicial credores	4.448	1.656
Programa Luz Para Todos	156.998	96.717
Outros	299	-
Total	166.323	98.373

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽³⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2023	2022
Valores correntes:									
Residencial	75.749	-	61.342	18.059	27.901	181.159	(231.885)	132.325	87.413
Industrial	11.937	-	2.738	395	789	9.683	(9.703)	15.839	14.566
Comercial	37.760	-	11.384	2.728	4.575	33.685	(38.603)	51.529	35.925
Rural	16.051	-	13.076	3.985	4.862	22.835	(23.091)	37.718	33.306
Poder público	15.203	-	737	170	26	4.929	(4.942)	16.123	10.588
Iluminação pública	5.373	-	87	-	41	6.708	(6.708)	5.501	5.031
Serviço público	3.383	-	6.208	5.618	10.461	84.318	(101.026)	8.962	2.836
Fornecimento não faturado	133.528	-	-	-	-	-	(3.323)	130.205	114.174
Arrecadação Processo Classificação	(266)	-	-	-	-	-	-	(266)	(398)
Valores renegociados:									
Residencial	9.404	53.986	6.197	3.781	5.858	23.097	(53.588)	48.735	43.741
Industrial	2.001	14.199	1.034	283	548	7.662	(11.328)	14.399	11.203
Comercial	4.010	19.908	1.534	836	1.340	6.565	(12.711)	21.482	20.711
Rural	1.424	8.760	832	405	618	2.254	(5.120)	9.173	9.842
Poder público	3.389	3.790	23	-	-	20	(2.249)	4.973	5.243
Iluminação pública	575	2.845	-	-	-	35	(35)	3.420	11.225
Serviço público	255	1.265	226	-	-	221	(222)	1.745	1.955
(-) Ajuste valor Presente ⁽¹⁾	(411)	(15.236)	-	-	-	-	-	(15.647)	(18.945)
Subtotal - consumidores	319.365	89.517	105.418	36.260	57.019	383.171	(504.534)	486.216	388.416
Suprimento Energia ⁽²⁾	61	-	-	-	-	-	-	61	2.019
Outros ⁽⁴⁾	2.764	-	-	-	-	105.947	(1.596)	107.115	189.832
Total	322.190	89.517	105.418	36.260	57.019	489.118	(506.130)	593.392	580.267
Circulante								429.443	338.705
Não Circulante								163.949	241.562

(1) **Ajuste a Valor Presente:** calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

(2) **Suprimento energia** - inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2023	2022
Créditos a vencer	61	2.019
Subtotal créditos CCEE	61	2.019
(-) Aquisições de energia na CCEE	(12.071)	(5.487)
(-) Encargos de serviços do sistema ^(*)	(4.395)	(272)
Total débitos CCEE	(16.405)	(3.740)

(*) nota explicativa 18.

(3) **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)** - a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante e não circulante	443.728	352.158
Provisões líquidas constituídas no exercício	59.168	83.778

Recuperação de contas de energia elétrica - incobráveis	28.407	7.792
Saldo em 2023 e 2022 - circulante e não circulante	531.303	443.728

Alocação:

Consumidores e concessionárias	506.130	437.898
Outros créditos (Nota explicativa nº 11)	25.173	5.830

- (4) **Outros** - corresponde aos serviços taxados, outros valores a receber dos consumidores, créditos de suprimento no valor de R\$ 26.531, tributos a receber de clientes no valor de R\$ 59.098 e parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R\$12.914. A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores. Adicionalmente a Companhia possui R\$7.404 (R\$4.636 em 2022) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD que se encontra suspenso por liminares. Em contrapartida tem contabilizado em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com forma prevista na legislação vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	45.968	55.925
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	16.955	20.936
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSSL	2.059	3.802
Contribuições ao PIS e à COFINS	34.687	32.669
Exclusão do ICMS na base de Cálculo do PIS e COFINS ⁽¹⁾	-	100.272
Outros	3	4
Total	99.672	213.608
Circulante	79.494	145.994
Não circulante	20.178	67.614

- (1) Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil dos créditos na ordem de R\$104.736 (R\$100.272 em 2022), oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 22 de outubro de 2021. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$4.464 (R\$13.961 em 2022), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 20 de janeiro de 2022. Em 13 de Julho de 2022, a Receita Federal do Brasil - RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/PASEP e COFINS, que optou por recuperar os créditos tributários por meiose encontra em processo de compensação recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas emno mês de julho de 2022 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$104.736.

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.1. Reajuste tarifário

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual. O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

8.2. Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos e nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.301, de 13 de dezembro de 2023, aprovou a revisão tarifária da Companhia, em vigor a partir de 13 de dezembro de 2023, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 9,98%.

8.3. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e,
- Bandeira de Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh REH 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/Kwh Resolução nº 03/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh (2) Resolução nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,50
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

(1) A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;

(2) A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;

(3) A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051/2022, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Competência	2023	2022
Janeiro	Verde	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez Hídrica
Março	Verde	Escassez Hídrica
Abril	Verde	Escassez Hídrica/Verde
Maiο	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde

Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios

Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Diante desse cenário, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras, sendo os montantes involuntários estabelecidos como segue:

- 2016 e 2017: Despacho nº 2.168/2022;
- 2018: Despacho nº 4.395/2023.

Os resultados relativos à 2016-2018 estão sendo reconhecidos nos últimos eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2023) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente, resultando em um saldo ativo de R\$ 7.991 (R\$12.479 em 2022). Em 2023 foi registrado o montante de R\$4.488, relativos à atualização financeira positiva de períodos anteriores.

Geração Distribuída

Diante de posicionamentos recentes do regulador, por meio de notas técnicas, referente a neutralidade dos efeitos dos sistemas de geração distribuída (GD) no mecanismo tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a Administração do Grupo Energisa conclui que ainda há incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e mensuração dos créditos de energia injetada pelos consumidores nas redes de distribuição do Grupo, originados pelos sistemas de geração distribuída, frente ao tratamento regulatório aplicável para mensuração da reversão destes créditos à modicidade tarifária após o período de 60 meses sem compensação. Neste contexto, a Administração concluiu que nenhuma obrigação deve ser reconhecida nesse momento, até que tais incertezas sejam esclarecidas.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida na receita operacional.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros regulatórios serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e Passivos financeiros setoriais	2023			2022		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total

Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	-	7.104	7.104	-	1.427	1.427
Não Circulante	-	42.508	42.508	-	32.980	32.980
	-	49.612	49.612	-	34.407	34.407

Passivo Financeiros Setoriais						
Circulante	137.036	57	137.093	52.195	45	52.240
Não Circulante	-	1.060	1.060	-	840	840
	137.036	1.117	138.153	52.195	885	53.080
Saldo líquido dos ativos e passivos	(137.036)	48.495	(88.541)	(52.195)	33.522	(18.673)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito PIS/COFINS	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(45.038)	(10.534)	65.369	3.460	-	-	-	13.257
Transporte de energia elétrica - Rede básica	25.497	9.250	(19.787)	1.717	-	-	-	16.677
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	14.971	(5.445)	(14.673)	(386)	-	-	-	(5.533)
Encargo de serviços de sistema ESS	38.059	32.756	(28.929)	2.737	-	(12.384)	-	32.239
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	44.328	11.029	(43.664)	886	-	-	-	12.579
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(365)	365	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	6.107	(4.029)	(6.716)	(648)	-	-	-	(5.286)
Sobrecontratação de energia	81.891	(70.037)	(11.088)	1.285	-	-	-	2.051
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(9.612)	(12.475)	9.364	(224)	-	-	-	(12.947)
CUSD	-	-	-	-	-	-	-	0
Exposição de submercados	376	(196)	(386)	(13)	-	-	-	(219)
Garantias financeiras	253	227	(229)	18	-	-	-	269
Saldo a compensar	(8.283)	(4.295)	8.308	1.055	-	-	-	(3.215)
Diferimento Risco Hidrológico ⁽³⁾	-	4.817	-	-	-	-	-	4.817
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(166.857)	(48.135)	164.590	(10.830)	(75.934)	-	(6.064)	(143.230)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(18.673)	(96.702)	122.159	(943)	(75.934)	(12.384)	(6.064)	(88.541)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito PIS/COFINS	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(41.273)	23.327	(18.855)	(5.793)	-	(2.444)	-	(45.038)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	(6.104)	25.474	5.270	857	-	-	-	25.497
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	5.887	14.751	(6.693)	1.026	-	-	-	14.971
Encargo de serviços de sistema ESS	177.822	(79.630)	(73.121)	5.330	-	7.658	-	38.059
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.363	40.705	(12.565)	2.825	-	-	-	44.328
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	-	(365)	-	-	-	-	-	(365)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(2.594)	6.520	1.918	263	-	-	-	6.107
Sobrecontratação de energia	(165.341)	12.583	235.653	(1.004)	-	-	-	81.891
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(8.160)	(9.216)	7.939	(175)	-	-	-	(9.612)
CUSD	-	-	-	-	-	-	-	-
Exposição de submercados	17.200	354	(17.224)	46	-	-	-	376
Garantias financeiras	236	212	(212)	17	-	-	-	253
Saldo a compensar	(1.430)	(7.934)	1.081	-	-	-	-	(8.283)
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(79.752)	(69)	77.005	-	(87.365)	-	(76.676)	(166.857)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(90.146)	26.712	200.196	3.392	(87.365)	5.214	(76.676)	(18.673)

(1) **Bandeiras tarifárias CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício de 2023, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$12.384 (R\$5.214 em 2022);

- (2) **Devoluções tarifárias:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.
- (3) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

Empréstimo Conta Escassez Hídrica - REN n° 1.008/2022 - a ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução n° 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$25.847, dos quais R\$9.253 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$16.594 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução n° 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE n° 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O montante recebido em 2023 foi de R\$6.064 (R\$ 50.829 em 2022).

Crédito do PIS e COFINS - conforme Lei n° 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a Aneel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício. A seguir apresentamos os valores reconhecidos em cada ciclo tarifário:

Valores reconhecidos nos processos tarifários		
2023	2022	
RTP	RTA	RTE
13.346	149.952	-

Diferimento Risco Hidrológico - ERO - Em 11 de dezembro de 2023, por intermédio da Carta ENERGISARO/VPR ANEEL/N°055/2023, a ERO apresentou proposta de diferimento, no valor de R\$57.800 que estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício, alocado como componente financeiro de parcela A, com intuito de contribuir para a mitigação dos impactos tarifários neste ano, a ser revertido no processo tarifário subsequente e atualizado pela SELIC.

Tal financeiro será incorporado no próximo processo tarifário da distribuidora.

10. Direitos e obrigações de ressarcimento

	2023	2022
Direitos de ressarcimento		
CCC Custo Total de Geração - Lei 12.111/2009 ⁽¹⁾	4.369	4.220
Subvenção CDE- Desconto tarifário ⁽²⁾	13.766	6.101
Subvenção baixa renda ⁽³⁾	6.579	5.274
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	445	445
	25.159	16.040
Total - Circulante	25.159	16.040

Obrigações de ressarcimento

Obrigações - CCC - circulante - 6.437

- (1) **CCC custo total de geração - Lei nº 12.111/2009** - corresponde aos direitos de ressarcimento dos custos de aquisição de energia nos Sistemas Isolados, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC, gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que após aprovados são repassados à Companhia e direcionados para a liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2023	2022
Saldo em - 2022 e 2021 - circulante	4.220	174.659
Adições	35.802	49.901
Baixas	(35.653)	(220.340)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	4.369	4.220

- (2) **Subvenção CDE- Desconto tarifário** - referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	6.101	83.908
Subsídios ⁽¹⁾	56.472	52.466
Repassado pela CCEE	(48.807)	(130.273)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	13.766	6.101

(¹) A partir dos processos tarifários de 2023 passou a compor o valor do repasse de subvenção da CDE o subsídio tarifário relacionado ao desconto aplicado no faturamento da energia compensada associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, respeitando a regra de transição aplicável ao faturamento de cada unidade consumidora participante do SCEE.

- (3) **Subvenção baixa renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2023, com estimativas de recebimentos para o próximo trimestre, após validação da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021 - circulante	5.274	33.421
Subvenção baixa renda	39.995	29.814
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(38.690)	(57.961)
Saldos em 2023 e 2022 - circulante	6.579	5.274

11. Outros créditos

	2023	2022
Adiantamentos a empregados ⁽¹⁾	2.825	2.652
Créditos a receber de terceiros - alienação de bens e direitos ⁽²⁾	17.640	12.302
Ordens de serviço em curso ⁽³⁾	24.624	37.775
Despesas pagas antecipadamente	10.686	18.107

Ordens de serviço em curso - PEE e P&D ⁽⁴⁾	30.614	33.453
Adiantamento a fornecedores ⁽⁵⁾	8.213	8.401
Indenização à Concessão - AIC ⁽⁶⁾	981	94.017
Indenização à Concessão - Sobras Físicas ⁽⁷⁾	3.492	22.407
Títulos de Créditos - Precatórios	20.005	-
Outros ativos ⁽⁸⁾	1.740	6.073
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa ⁽⁹⁾	(25.173)	(5.830)
Total	95.647	229.357
Circulante	89.080	155.904
Não circulante	6.567	73.453

- (1) **Adiantamentos diversos a empregados** - referem-se aos adiantamentos a empregados com objetivo de custear pequenas despesas, tratamento de saúde fora do domicílio-TFD e de viagem, estes a serem realizados no decorrer do exercício seguinte;
- (2) **Créditos a receber de terceiros** - alienação de bens e direitos - refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas;
- (3) **Outras ordens em curso** - referem-se principalmente aos valores de Kit/Padrão de entrada ligados aos projetos do Programa Luz para Todos, às ordens de desativação em curso, ordens de serviços e outras.
- (4) **Ordens de serviço em curso - PEE e P&D** - São projetos em andamento dos programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvidos.
- (5) **Adiantamento a fornecedores** - neste grupo estão classificados os valores retidos junto a fornecedores e prestadores de serviços, ou valores pagos em ações trabalhistas em que a Companhia foi solidária no pagamento, cuja realização ou baixa dar-se-á na medida em que os processos forem sendo solucionados ou pela glosa em pagamentos efetuados aos mesmos, quer seja na esfera administrativa ou judicial.
- (6) **Indenização à Concessão-AIC- (ativo Imobilizado em Curso)** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme Nota Técnica nº 219/2020-SFF/ANEEL, que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária da Companhia, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 01 de setembro de 2020. Os recebimentos serão realizados em 36 parcelas mensais e consecutivas, cujas liberações iniciaram em maio de 2021.

Segue movimentação ocorrida no exercício:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	94.017	245.717
Atualização financeira ^(*)	1.835	12.338
Recebimento ^(**)	(94.871)	(164.038)
Saldo em 2023 e 2022	981	94.017
Circulante	981	31.339
Não Circulante	-	62.678

(*) Valores atualizados pelo IPCA até novembro de 2021 e a partir desta data com aplicação da taxa Selic.

(**) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, Companhia recebeu os valores correspondentes as liberações das parcelas de maio de 2022 a dezembro de 2023 no montante de R\$94.871 (R\$164.038 em 2022).

- (7) **Indenização à Concessão - Sobras Físicas** - Sobras Físicas - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizado pela Portaria nº 438, de 04 de dezembro de 2020, do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme Nota Técnica nº 219/2020-SFF/ANEEL, que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária da Companhia, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Os recebimentos serão realizados em 36 parcelas mensais e consecutivas, cujas liberações iniciaram em abril de 2021, tendo sido recebido o montante de R\$20.361 em dezembro de 2023, correspondentes às parcelas de abril 2021 a dezembro de 2023.

Segue movimentação ocorrida no exercício:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	22.407	56.422
Atualização financeira ^(*)	1.446	2.991

Recebimento (**)	(20.361)	(37.006)
Saldo em 2023 e 2022	3.492	22.407
Circulante	3.492	17.925
Não Circulante	-	4.482

(*) Valores atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic.

(**) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, Companhia recebeu os valores correspondentes as liberações das parcelas de abril 2021 a dezembro de 2023 no montante de R\$20.361 (R\$37.006 em 2022).

(8) **Outros ativos** - incluem adiantamentos efetuados a fornecedores e crédito de precatórios com prefeituras totalmente provisionados.

(9) **(-) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa** - Refere-se aos Títulos de Créditos - Precatórios em R\$20.005, uso mútuo de postes e outros ativos.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (99,23% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A;	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Transmissão de Energia S/A;	ETE	Holding
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
· Energisa Biogás S/A.;	EBG	Holding
· Energisa Distribuição de Gás S/A; e	EDG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora a Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia

• Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
• Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
• Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A; e	EAP	Transmissão de energia
• Gemini Energy S/A.;	GEMINI	Holding
• Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia

Controladas diretas da Gemini Energy S/A:

• Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
• Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
• Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
• Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
• Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:

• Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
• URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
• Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
• Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
• Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:

• Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços
---	-------	----------

Controlada direta da Energisa Biogás S/A:

• Agríc Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
--	-------	----------------------

Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:

• Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural
---	--------	-----------------------------

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas/projetos)	Compartilhamento ⁽⁵⁾	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição Receita (Custo)	Débito com partes relacionadas ⁽⁵⁾	Comissão e debêntures - despesas financeiras ⁽⁶⁾	Despesa com partes relacionadas	Saldo a receber (pagar)	Saldo a pagar debêntures e aval	Saldo a pagar - Disponibilização de sistema de transmissão	Recursos destinados a futuro aumento de capital
ESA ⁽¹⁾	(35.429)	(5.332)	-	-	(105.533)	(64.561)	(5.913)	(1.290.019)	-	(353.777)
MULTI ⁽²⁾	(5.428)	-	-	-	-	-	(986)	-	-	-
ESOLC ⁽³⁾	(1.349)	-	-	-	-	-	(112)	-	-	-
ESOL ^(3 e 7)	(4.402)	-	-	-	-	-	(568)	-	-	-
EMT	-	40	1.139	-	-	-	79	-	-	-
EMS	-	(1.187)	-	-	-	-	(83)	-	-	-
ETO	-	246	-	-	-	-	59	-	-	-
EPB	-	(5.943)	-	-	-	-	(592)	-	-	-
EMR	-	(2.662)	-	-	-	-	(279)	-	-	-
ESE	-	(66)	-	-	-	-	14	-	-	-
EAC	-	(4)	-	-	-	-	4	-	-	-
ESS	-	(63)	-	-	-	-	5	-	-	-
ECOM	-	(182)	-	-	-	-	(21)	-	-	-
EGO I ⁽⁴⁾	-	7	(133)	-	-	-	2	-	-	-
EPA I ⁽⁴⁾	-	9	(125)	-	-	-	2	-	-	-
EPA II ⁽⁴⁾	-	4	(97)	-	-	-	1	-	-	-
ETT ⁽⁴⁾	-	1	(190)	-	-	-	-	-	-	-

EAM ⁽⁴⁾	-	-	(21)	-	-	-	-	-	-	-
EPT ⁽⁴⁾	-	-	(8)	-	-	-	-	-	-	-
LMTE ⁽⁴⁾	-	-	(381)	-	-	-	-	-	(11)	-
LXTE ⁽⁴⁾	-	-	(441)	-	-	-	-	-	(13)	-
LTTE ⁽⁴⁾	-	-	(150)	-	-	-	-	-	-	-
EPM	-	-	-	(343.709)	-	(54.799)	-	-	-	-
ALSOL ⁽⁹⁾	(1.577)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2023	(48.185)	(15.132)	(407)	(343.709)	(105.533)	(119.360)	(8.388)	(1.290.019)	(24)	(353.777)
2022	(51.106)	(18.280)	(808)	(1.436.563)	(82.331)	(134.190)	(14.857)	(1.040.078)	(22)	(300.000)

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

Serviços de informática e licenciamento de softwares - Contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$87.806, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em Sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

(2) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

(3) Referem-se as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026; O contrato de maior vigência tem vencimento em 2026.

(4) Refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão. Os contratos têm vigência até 2025.

(5) Referem-se aos contratos de mútuos com partes relacionadas que são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média CDI+ 2,5 a.a. (CDI + 2,5 a.a. 2022). Os mútuos possuem prazo de 36 meses, nos termos de contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

(6) A Companhia efetuou a 2ª, 3ª, 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 20. Em 2023 o valor atualizado é de R\$1.290.019 (R\$1.040.078 em 2022).

(7) **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2024 e vencimento em 02/09/2027.

Remuneração dos administradores

	2023	2022
Remuneração anual ⁽¹⁾	4.018	4.319
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	177	164
Remuneração da Diretoria	1.597	1.681
Outros benefícios ⁽²⁾	1.236	1.343

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovado na AGO/E de 26 de abril de 2023.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros relativas ao mês de dezembro, foram de R\$76 e R\$3 (R\$72 e R\$2 em 2022), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2023 foi de R\$15 (R\$14 em 2022).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 4º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Performance Shares é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Restricted Shares (Matching) é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	2º programa (1)	3º programa (1)	4º programa	5º programa	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	9.843	8.761	10.397	16.439	8.666	8.666
Opções de ações prescritas	-	306	341	479	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023
Data de início vesting	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco (1)	7,7%	5,26%	7,88%	12,55%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025	N/A	-
Volatilidade (2)	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$ 54,97	R\$ 43,69	R\$ 37,19	R\$ 34,95	R\$ 48,40	R\$ 48,40

Movimentação liquidado liquidado em operação em operação em operação em operação

- (1) Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento de todos os índices requeridos. Em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$375 representativo 8.531 Units, respectivamente, já líquidos de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.
- (2) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total *Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício de 2023, foram reconhecidos R\$444 (R\$425 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2023 é de R\$1.707 (R\$1.263 em 2022).

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$1.626.904 (R\$1.580.952 em 2022) em face de não apresentar perspectiva de realização neste exercício. Caso os estudos apontem a probabilidade de recuperação serão reconhecidos os créditos correspondentes.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	9.219	8.017
Contribuição social	3.319	2.886
Total - não circulante	12.538	10.903

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Passivo				
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão	(22.381)	(7.609)	(21.210)	(7.211)
Provisão IRPJ e CSLL s/ Encargos Capitalizados	(14.497)	(4.929)	(10.860)	(3.692)
Total - passivo não circulante	(36.878)	(12.538)	(32.070)	(10.903)

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

Despesa de IRPJ/CSLL	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(286.783)	(347.336)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculadas às alíquotas fiscais combinadas	97.506	118.094
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	-	(2.672)
Outros débitos e créditos de períodos anteriores não constituídos	(398)	6.991
Créditos fiscais não constituídos ⁽¹⁾	(97.506)	(125.085)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(398)	(2.672)

- (1) Os créditos fiscais são apurados sobre prejuízo fiscal, base negativava de contribuição social e de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos fiscais, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, são refletidos de acordo com a legislação fiscal.

Em novembro de 2021, a SUDAM aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Companhia, para o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2030, através do Laudo Constitutivo nº 065/2021 - Resolução 413/2021 (SUDAM). O pleito de reconhecimento junto à Receita Federal foi aprovado em 15 de outubro de 2021.

Em novembro de 2021, a Companhia obteve aprovação junto a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia do seu pedido de benefício fiscal, para o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2030, através do Laudo Constitutivo 065/2021, expedido em 20 de outubro de 2021, bem como o reconhecimento pela Receita Federal do Brasil, através do Ato Declaratório Executivo VR 02RF DEVAT/EBEN nº 95, de 17 de outubro de 2022, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

14. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$1.673 (R\$11.226 em 2022).

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2023	2022
Ativo financeiro valor justo - 2022 e 2021	268.035	118.509
Adições no exercício ⁽¹⁾	99.546	138.549
Baixas no exercício	(445)	(249)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	1.673	11.226
Ativo financeiro valor justo - 2023 e 2022	368.809	268.035

- (1) Adições no exercício: refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;
- (2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

15. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo da construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2022	Adição	Transferências		Baixas ⁽³⁾	Amortização ⁽⁴⁾	Saldos em 2023
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾			
Ativo contratual - infraestrutura em construção							
Em construção	692.260	529.570	(796.785)	(91.936)	(29.768)	-	303.341
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão							
Em construção	166.602	84.573	(171.993)	7.610	-	6.425	93.217
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	525.658	444.997	(624.792)	(99.546)	(29.768)	(6.425)	210.124

	Saldos em 2021	Adição	Transferências		Amortização ⁽⁴⁾	Saldos em 2022
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾		
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	1.002.190	848.962	(1.011.197)	(147.695)	-	692.260
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	531.156	160.607	(516.736)	(9.146)	721	166.602
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	471.034	688.355	(494.461)	(138.549)	(721)	525.658

⁽¹⁾ O montante de R\$624.792 (R\$494.461 em 2022) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão.

⁽²⁾ O montante de R\$99.546 (R\$138.549 em 2022) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

⁽³⁾ As baixas de R\$29.768 referem-se à baixa de estoques de reforma.

⁽⁴⁾ O montante de R\$6.425 (R\$721 em 2022) refere-se a estimativa de Amortização - Indenização à concessão AIC das parcelas de obrigações vinculadas a concessão a receber a serem aplicadas as obras já construídas.

16. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixa	Depreciação	Saldos em 2023
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,33%	11.671	-	6.047	-	-	17.718
Máquinas e Equipamentos	12,62%	39.772	-	4.785	(90)	-	44.467
Veículos	14,29%	471	-	-	-	-	471
Móveis e utensílios	6,25%	6.693	-	832	(66)	-	7.459
Total do imobilizado em serviço		58.607	-	11.664	(156)	-	70.115

Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(127)	-	-	-	(491)	(618)
Máquinas e Equipamentos	(21.282)	-	-	-	(3.543)	(24.825)
Veículos	(181)	-	-	-	(67)	(248)
Móveis e utensílios	(3.333)	-	-	-	(314)	(3.647)
Total Depreciação acumulada	(24.923)	-	-	-	(4.415)	(29.338)
Subtotal Imobilizado	33.684	-	11.664	(156)	(4.415)	40.777
Imobilizado em curso	10.593	3.703	(13.176)	-	-	1.120
Total do imobilizado	44.277	3.703	(1.512)	(156)	(4.415)	41.897

(1) O montante de R\$1.512 foi transferido para Intangível - Software.

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2022
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	21	-	11.650	-	11.671
Máquinas e Equipamentos	12,80%	32.124	-	7.648	-	39.772
Veículos	14,29%	471	-	-	-	471
Móveis e utensílios	6,25%	6.009	-	684	-	6.693
Total do imobilizado em serviço		38.625	-	19.982	-	58.607
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		-	-	-	(127)	(127)
Máquinas e Equipamentos		(18.360)	-	-	(2.922)	(21.282)
Veículos		(114)	-	-	(67)	(181)
Móveis e utensílios		(3.070)	-	-	(263)	(3.333)
Total Depreciação acumulada		(21.544)	-	-	(3.379)	(24.923)
Subtotal Imobilizado		17.081	-	19.982	(3.379)	33.684
Imobilizado em curso		15.682	14.893	(19.982)	-	10.593
Total do imobilizado		32.763	14.893	-	(3.379)	44.277

17. Intangível

	2023	2022
Intangível - contrato de concessão	2.251.157	1.774.223
Intangível - direito de uso	1.945	2.353
Intangível - software e outros	45.555	44.270
Total	2.298.657	1.820.846

17.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2023
Intangível em Serviço						
Custo	3,91%	4.051.289	796.785	(72.261)	-	4.775.813
Amortização Acumulada		(1.046.642)	(1.023)	36.340	(191.833)	(1.203.158)
Subtotal		3.004.647	795.762	(35.921)	(191.833)	3.572.655
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,31%	1.521.203	171.993	(11.720)	-	1.681.476

Amortização Acumulada	(290.779)	(1.023)	-	(68.176)	(359.978)
Subtotal	1.230.424	170.970	(11.720)	(68.176)	1.321.498
Total	1.774.223	624.792	(24.201)	(123.657)	2.251.157

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2022
Intangível em Serviço						
Custo	3,89%	3.118.215	1.011.310	(78.236)	-	4.051.289
Amortização Acumulada		(936.083)	(113)	46.702	(157.148)	(1.046.642)
Subtotal		2.182.132	1.011.197	(31.534)	(157.148)	3.004.647
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,72%	1.004.467	516.736	-	-	1.521.203
Amortização Acumulada		(226.484)	-	-	(64.295)	(290.779)
Subtotal		777.983	516.736	-	(64.295)	1.230.424
Total		1.404.149	494.461	(31.534)	(92.853)	1.774.223

- (1) O montante de R\$624.792 (R\$494.461 em 2022) foi transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção
- (2) O montante de R\$24.201 (R\$31.534 em 2022), refere-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais (nota explicativa nº 29).
- (3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$173 e o montante de R\$10.456 (R\$51.583 em 2022) referente à amortização das incorporações de rede.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não podendo ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948 de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,91% (3,89% em 2022).

Obrigações vinculadas à concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2023	2022
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	273.578	238.533
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	1.259.424	1.221.616
Participação da União - recursos RGR ⁽³⁾	218.649	222.314
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	25.023	25.023
(-) Amortização acumulada	(359.978)	(300.148)
Total	1.416.696	1.407.338
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.981	10.312
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	93.217	166.602
Intangível - contrato de concessão	1.321.498	1.230.424

Total 1.416.696 1.407.338

- (1) **Contribuições do consumidor** - representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao intangível - contrato de concessão.
- (2) **Participação da União, Estados e Municípios** - Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) valores referentes ao Programa Luz para Todos e recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação da CCC, devido à interligação dos sistemas isolados.
- (3) **Indenização a concessão - ativo imobilizado em curso** - parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL (nota explicativa nº 16). No exercício foi reconhecido redução no valor de R\$(721), referente ao valor reembolsado pelos consumidores durante a vigência do RT/2020. O montante foi adicionado à rubrica Contribuições do consumidor.

17.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2022	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	7,77%	5.253	-	5.253
Amortização Acumulada		(2.900)	(408)	(3.308)
Total do Intangível - direito de uso		2.353	(408)	1.945

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	11,52%	5.253	-	5.253
Amortização Acumulada		(2.295)	(605)	(2.900)
Total do Intangível - direito de uso		2.958	(605)	2.353

17.3. Intangível - Software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - software						
Custo	20,00%	64.098	-	23.043	-	87.141
Amortização Acumulada		(29.764)	-	-	(12.418)	(42.182)
Em curso		9.936	12.191	(21.531)	-	596
Total do Intangível - software		44.270	12.191	1.512	(12.418)	45.555

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - software						
Custo	20,00%	52.870	-	11.228	-	64.098
Amortização Acumulada		(20.077)	-	-	(9.687)	(29.764)
Em curso		9.675	11.489	(11.228)	-	9.936

Total do Intangível - software	42.468	11.489	-	(9.687)	44.270
--------------------------------	--------	--------	---	---------	--------

18. Fornecedores

	2023	2022
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	129.172	95.667
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	11.995	11.729
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	12.071	5.487
Encargos de Serviço no sistema ⁽³⁾	4.395	272
Encargos de conexão ⁽¹⁾	555	406
Materiais, Serviços e outros ⁽⁴⁾	84.259	80.940
Total	242.447	194.501
Circulante	237.992	191.852
Não circulante	4.455	2.649

- (1) **Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica por contratos Bilaterais e de Leilões, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (2) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. As principais variações foram motivadas pela realização da carga mensal da área de concessão e dos contratos da distribuidora. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.
- (3) **Encargos de Serviço do Sistema** - Os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. Em 2022 as condições hidrológicas eram favoráveis, assim não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito. Para 2023, houve necessidade de acionar térmicas para atender a carga do SIN em função das ondas de calores observadas nos meses de novembro e dezembro.
- (4) **Materiais, serviços e outros:** refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição - de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	137.906	-	-	-	6.813	-	-	144.719
Pós Fixado								
IPCA	209.865	-	(17.981)	(10.313)	19.898	-	-	201.469
CDI	343.577	400.000	(300.257)	(82.251)	53.877	-	-	414.946
(-) Custo com captação	-	-	-	-	583	(2.335)	-	(1.752)
Total ao custo amortizado	691.348	400.000	(318.238)	(92.564)	81.171	(2.335)	-	759.382
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	537.902	508.946	(459.392)	(19.071)	701	-	-	569.086
Marcação a mercado	6.828	-	-	-	-	-	(919)	5.909
Total ao valor justo	544.730	508.946	(459.392)	(19.071)	701	-	(919)	574.995
Total	1.236.078	908.946	(777.630)	(111.635)	81.872	(2.335)	(919)	1.334.377
Circulante	640.769							69.894
Não circulante	595.309							1.264.483

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda Nacional							
Pré Fixado	131.365	-	-	-	6.541	-	137.906
Pós Fixado							
IPCA	210.125	-	(13.042)	(10.693)	23.475	-	209.865
CDI	333.853	-	(14.257)	(21.460)	45.441	-	343.577
Total ao custo amortizado	675.343	-	(27.299)	(32.153)	75.457	-	691.348
Mensuradas ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	517.456	114.452	(64.453)	(14.040)	(15.513)	-	537.902
Marcação a mercado	2.757	-	-	-	-	4.071	6.828
Total ao valor justo	520.213	114.452	(64.453)	(14.040)	(15.513)	4.071	544.730
Total	1.195.556	114.452	(91.752)	(46.193)	59.944	4.071	1.236.078
Circulante	107.376						640.769
Não circulante	1.088.180						595.309

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de SWAP (% a.a.) ⁽⁶⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	2023	2022								
CCEE	144.719	137.906	PRÉ + 5.00%	-	out/48	A partir de jan/24 a.m.	5,00%	-	R	NA
FRN 4131614	14.336	28.652	CDI + 0.90%	-	nov/24	A partir de dez/21 semestral	14,05%	-	A	1
BTG PACTUAL - BNDES 4/200	201.469	209.865	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	A partir de abr/22 a.m.	9,68%	-	A + R	2
SANTANDER - CCB - 1035862	-	46.493	CDI + 1.70%	-	abr/23	Final	14,85%	-	A	NA
SANTANDER - CCB -	-	111.610	CDI + 1.60%	-	jul/23	Final	14,75%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	400.610	-	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	14,95%	-	A	2
SANTANER - FRN - CCB1043148	-	156.822	CDI + 1.70%	-	jun/23	Final	14,85%	-	A	NA
(-) Custo com captação	(1.752)	-								
Total em Moeda Nacional	759.382	691.348								
Citibank Loan 56545 ⁽⁴⁾	-	71.805	LIBOR + 1.24%	CDI + 1,80%	mai/24	Final	-0,42%	14,95%	A	2
Citibank Loan 56737 ⁽⁴⁾	-	151.530	LIBOR + 1.24%	CDI + 1,80%	mai/24	Final	-0,42%	14,95%	A	2
Citibank Loan 59105 ⁽⁴⁾	-	197.891	LIBOR + 1.24%	CDI + 1,80%	mai/24	Final	-0,42%	14,95%	A	2
BBM Loan 57177 ⁽⁴⁾	-	51.716	USD + 2.51%	CDI + 1,16%	mar/23	Final	-4,70%	14,31%	A	2
Scotiabank Loan ⁽⁴⁾	60.253	64.960	USD + 5.25%	CDI + 1,40%	out/25	Final	-1,96%	14,55%	A	2
Santander Loan CCB ⁽⁴⁾	304.773	-	USD + 6,63%	CDI + 1,65%	ago/25	Final	-0,58%	14,80%	A	2
Citibank Loan 64334 ⁽⁴⁾	204.060	-	USD + 0,84%	CDI + 1,65%	set/25	Final	-0,82%	14,80%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁵⁾	5.909	6.828								
Total em Moeda Estrangeira	574.995	544.730								
Total	1.334.377	1.236.078								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2023 Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial (nota explicativa nº 33).

- (2) A = Aval Energisa S.A., R=Recebíveis.
- (3) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir::

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado Covenants ⁽¹⁾	4,0x até o vencimento, para operações contratadas até 2019	Trimestral e Anual
	4,25x até o vencimento, para as demais operações	

⁽¹⁾ EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 33). Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (nota explicativa nº 33).
- (5) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº33).
- (6) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº33.

Garantias

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2023	2022
US\$ X R\$	7,21%	-6,50%
CDI	13,15%	12,39%
LIBOR	5,55%	2,40%
IPCA	4,62%	5,78%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2024	984.211
2025	23.351
2026	23.351
2027	23.351
Após 2027	210.219
Total	1.264.483

20. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023

Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado

CDI	878.454	-	(573.642)	(93.860)	90.434	-	-	301.386
IPCA	1.040.078	200.000	-	(55.592)	105.533	-	-	1.290.019
(-) Custo com captação	(15.560)	-	-	-	4.016	(6.115)	-	(17.659)
Marcação a mercado	(44.316)	-	-	-	-	-	93.311	48.995
Total ao custo amortizado	1.858.656	200.000	(573.642)	(149.452)	199.983	(6.115)	93.311	1.622.741
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado	595.092							320.620
CDI	1.263.564							1.302.121

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	1.394.720	-	(516.651)	(153.923)	154.308	-	-	878.454
IPCA	587.147	410.000	-	(39.400)	82.331	-	-	1.040.078
(-) Custo com captação	(10.468)	-	-	-	3.562	(8.654)	-	(15.560)
Marcação a mercado	(8.443)	-	-	-	-	-	(35.873)	(44.316)
Total ao custo amortizado	1.962.956	410.000	(516.651)	(193.323)	240.201	(8.654)	(35.873)	1.858.656
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
	532.833							595.092
CDI	1.430.123							1.263.564

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de SWAP (% a.a.) (2)	Garantias (1)	Covenants (1)
	2023	2022										
Debêntures 1ª Emissão	-	474.728	26/11/2018	155000/155000	CDI + 1.65%	-	nov/23	A partir de dez/20 a.m.	14,80%	-	A + R	1
Debêntures 2ª Emissão	435.295	416.339	14/04/2019	325000/325000	IPCA + 4.62%	104,00% CDI	abr/26	Final	9,24%	13,68%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	12.243	11.709	11/10/2020	9740/9740	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	94.645	90.521	11/10/2020	75260/75260	IPCA + 4.47%	CDI + 1,80%	out/30	A partir de out/28 a.a.	9,09%	14,95%	SG	NA
Debêntures 4ª Emissão	-	101.798	18/11/2020	100000/100000	CDI + 2.20%	-	nov/23	Final	15,35%	-	A	2
Debêntures 5ª Emissão	301.386	301.928	18/06/2021	300000/300000	CDI + 1.90%	-	jun/24	Final	15,05%	-	A	2
Debêntures 6ª Emissão	105.940	101.259	15/10/2021	92800/92800	IPCA + 6.09%	CDI + 0,93%	out/31	A partir de out/29 a.a.	10,71%	14,08%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	272.033	260.013	15/04/2022	253694/253694	IPCA + 6.16%	CDI + 0,789%	abr/29	A partir de abr/27 a.a.	10,78%	13,94%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	167.644	160.237	15/04/2022	156306/156306	IPCA + 6.28%	CDI + 0,945%	abr/32	A partir de abr/30 a.a.	10,90%	14,10%	SG	NA
Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	27.867	-	13/09/2023	27569/27569	IPCA + 6.17%	-	set/30	A partir de abr/30 a.a.	10,79%	-	SG	NA
Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	174.352	-	13/09/2023	172431/172431	IPCA + 6.45%	-	set/33	A partir de abr/30 a.a.	11,07%	-	SG	NA
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(17.659)	(15.560)										
Marcação à Mercado de Dívida	48.995	(44.316)										
Total	1.622.741	1.858.656										

(1) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia

(2) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº33.

Em 13 de setembro de 2023 a Companhia efetuou a 8ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R\$200.000, sendo para a 1ª Série R\$27.569 com vencimento em 13 de setembro de 2030 e remuneração de IPCA mais 6,17% ao ano, para a 2ª Série R\$172.431 com vencimento em 13 de setembro de 2033 e remuneração de IPCA mais 6,45% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 16 de novembro de 2022 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A.

Condições de *covenants*

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado Covenants ⁽¹⁾	⁽¹⁾ Menor ou igual a 4,0x até o vencimento, para operações contratadas até 2019	Trimestral e Anual
	⁽²⁾ Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	

⁽¹⁾ Para 4ª e 5ª emissão de Debêntures da Companhia, o limite é de 4,25x até o vencimento.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 33). Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2023, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2026	430.805
2027	104.938
2028	124.097
Após 2028	642.281
Total	1.302.121

21. Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽²⁾	34.171	5.730
Encargos Sociais	6.812	7.111
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.393	4.302
Contribuição Social sobre o Lucro - CSSL	1.196	1.527
Contribuição ao PIS e a COFINS	16.010	21.579
Tributos e contribuições retidos na fonte (IRRRPF/PIS/COFINS/CSLL)	2.993	3.976
Imposto sobre serviços - ISS	3.072	3.607
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	7.676	10.068
Parcelamento de impostos ⁽¹⁾	2.045	12.209
Total	77.368	70.109
Circulante	68.298	53.173
Não circulante	9.070	16.936

⁽¹⁾ A Companhia possui parcelamentos de ICMS junto a Secretaria da Fazenda Estadual de Rondônia. Os parcelamentos estaduais, até 31 de janeiro de 2021 eram corrigidos de índice próprio do Estado (UPF/RO) e a partir de fevereiro de 2021 passaram a ser corrigidos pela SELIC. Os parcelamentos são como segue:

	Saldos em 2022	Adição (principal e multa)	Atualização	Pagamentos	Saldos em 2023	Circulante	Não Circulante	Nº Parcelas a Vencer
Cancelamentos de Fatura - DAICMS-1998 ⁽¹⁾	1.390	-	50	(692)	748	641	107	14

Cancelamentos de fatura - ano 2003	8.924	(8.924)	-	-	-	-	-	-
Estorno de Créditos CIAP	469	-	4	(152)	321	148	173	26
Estorno de Créditos CIAP	637	-	6	(207)	436	201	235	26
Estorno de Créditos CIAP	371	-	3	(120)	254	117	137	26
Estorno de Créditos CIAP	197	-	2	(64)	135	62	73	26
Estorno de Créditos CIAP	221	-	2	(72)	151	71	80	26
Total	12.209	(8.924)	67	(1.307)	2.045	1.240	805	144

- (1) O parcelamento é composto de dois lançamentos sendo: (i) CDA nº 20200300100731- Liquidação antecipada de 27 parcelas integrais e 1 parcela parcial em 06 de julho de 2021, com levantamento de valor de conta judicial, restando assim 10 parcelas com vencimento até outubro de 2022; e (ii) CDA nº 20200300100733 - com 38 parcelas a vencer.

Os saldos dos impostos parcelados estão assim programados:

	2023
2024	1.240
2025	705
Após 2026	100
Total	2.045

- (2) Inclui, R\$7.404, referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (nota explicativa nº 6).

22. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 22 de outubro de 2021, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 1ª Região decisão favorável o processo nº 1003586-18.2019.4.01.4100, da Companhia.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME reconheceu em 2021 o montante R\$148.130, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores

objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima referida, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciadas a partir do mês de julho/2022, após habilitação dos créditos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

O resumo dos impactos são como segue:

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021 - passivo não circulante	74.329	148.130
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	9.032	14.212
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(199)	(648)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores	(75.934)	(87.365)
Saldos em 2023 e 2022 - passivo não circulante	7.228	74.329

23. Encargos setoriais e incorporação de redes

23.1. Encargos setoriais

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.875	9.367
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	60	599
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	30	300
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	4.600	2.035
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	20.313	17.442
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	32.645	34.934
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.479	1.479
Total	61.002	66.156
Circulante	39.504	47.772
Não circulante	21.498	18.384

(1) O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa outros créditos - ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

23.2. Incorporações de redes

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, os solicitantes, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	246.813	242.626
Adições	31.229	20.157
Atualização monetária e juros ⁽¹⁾	(9.265)	48.843
Pagamentos	(59.171)	(64.813)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	209.606	246.813

(1) Em 2023 a rubrica apresenta redução de R\$ 17.560 em função da migração de processos administrativos para o judicial.

24. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal e regulatório.

24.1. Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambiental	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021 - não circulante	28.272	114.743	17.149	862.494	-	1.022.658	1.250.614
Constituições de Provisões	15.046	35.073	-	105	2.442	52.666	167.516

Reversões de provisões	(3.133)	(6.432)	(6.575)	(85.495)	-	(101.635)	(295.399)
Pagamentos realizados	(7.828)	(62.216)	-	-	-	(70.044)	(127.020)
Atualização monetária	3.815	(1.218)	279	46.167	408	49.451	26.947
Saldos em 2023 e 2022 - não circulante	36.172	79.950	10.853	823.271	2.850	953.096	1.022.658

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.127.359 (R\$933.431 em 2022) que estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados..

Trabalhista

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Concurso Público; (ii) Auxílio Alimentação; (iii) Indenização Acidente de Trabalho; (iv) PAI/PDV2019; (v) Reintegração; (vi) Verbas Rescisórias. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros.

Fiscal

Referem-se às discussões relacionadas a tributos da esfera estadual e municipal. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento. Do valor provisionado, o montante de R\$770.450 (R\$681.271 em 2022), relacionados aos processos de ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016, cujos valores estão em negociação com o Estado de Rondônia.

Regulatório

Refere-se a processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a procedimentos ocasionados por descumprimento às resoluções vigentes que são estabelecidas ao setor elétrico.

24.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cíveis, fiscais e ambientais, na condição de réu, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das causas com perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	78.578	337.023	1.324.207	-	1.739.808	1.640.169
Novos processos	2.793	-	42.864	-	45.657	20.330
Mudanças de Prognóstico e Valor Pedido	(10.144)	(139.161)	77.264	23	(72.018)	(25.554)
Encerramentos de processos	(18.677)	(31.467)	(9)	-	(50.153)	(63.678)
Atualização monetária	8.680	12.369	161.623	-	182.672	168.541
Saldos em 2023 e 2022	61.230	178.764	1.605.949	23	1.845.966	1.739.808

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos de pleito de Auxílio Alimentação, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal, verbas rescisórias, bem como responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia e acidentes na rede elétrica, além de processos que discutem assuntos envolvendo incorporação de rede.

Principais processos:

Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	2023	2022
Ação de indenização	0013664-30.2015.401.4100	Objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.	68.661	65.989
Ação de indenização	7040117-63.2016.8.22.0001	Ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S/A objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel. O processo permaneceu ativo em função de discussões envolvendo honorários de sucumbência. Em dezembro_23 o processo teve o prognóstico alterado de possível para remoto, haja vista realização de acordo entre as partes envolvidas.	-	134.587

Fiscal

Ações de natureza fiscal envolvem especialmente discussões sobre: (i) glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017; (ii) escrituração de documento fiscal SPED; (iii) multa não escrituração CIAP e (iv) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda.

Principais processos:

Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	2023	2022
Auto de Infração	10240-722.819/2020-12	Reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017.	448.441	396.068
Auto de Infração	10240-721.054/2020-95	Referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos à título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível).	314.838	278.068
Auto de Infração	7006275-51.2023.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015, em dezembro de 2023 teve o prognóstico alterado de remoto para possível, após reavaliação de risco dos consultores jurídicos.	229.616	-
Auto de Infração	20202700100096	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015.	146.914	179.612
Auto de Infração	201922700100392	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014.	131.697	168.910

Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	2023	2022
Auto de Infração	20202700100099	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016.	76.060	90.917
Auto de Infração	7006273-81.2023.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015, em dezembro de 2023 teve o prognóstico alterado de remoto para possível, após reavaliação de risco dos consultores jurídicos.	57.485	-
Ação anulatória	0012763-90.2013.8.22.0001	Discute a tributação pelo ICMS dos valores de decorrentes das perdas de energia elétrica no exercício de 2001	44.552	39.349
Auto de Infração	20192700100393	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014.	38.890	37.610
Auto de Infração	10280-731.896.2023-21	Decorrente da glosa de créditos IRPJ/CSLL das contribuições relacionadas às perdas não técnicas.	31.194	-
Auto de Infração	201927000100198	Discute apropriação de créditos decorrente da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado no período de 2015.	8.413	28.653

Ambiental

As ações referem-se basicamente a discussões sobre preceitos ambientais.

25. Outros passivos

	2023	2022
Consumidores ⁽¹⁾	1.856	2.641
Prefeituras - iluminação pública ⁽²⁾	6.064	7.505
Termo de ajuste de conduta - ANEEL ⁽³⁾	4.976	5.104
Previdência privada - contribuição normal ⁽⁴⁾	285	3.348
Bônus de redução voluntária de consumo	1.030	971
Ressarcimento 50% AIC - Eletrobrás ⁽⁵⁾	80.503	105.676
Outras	21.588	13.203
Total	116.302	138.448
Circulante	59.112	56.635
Não circulante	57.190	81.813

(1) **Consumidores** - essa variação refere-se a devolução aos consumidores referente a Portaria nº 024/2000 da Aneel que rege sobre o desempenho da rede básica e avaliação de continuidade de prestação de serviços de energia elétrica, tais como: DEC, FEC e Resolução nº 318/2008 que estabelece critérios e procedimentos para repasse ao consumidor residencial e rural, na forma de bônus, do saldo positivo da conta de comercialização da energia elétrica de ITAIPU, além de descontos a serem abatidos nas contas dos consumidores.

(2) **Prefeituras - Iluminação Pública** - referem-se às Contribuições para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP que são inseridas nas faturas de energia elétrica dos consumidores, e quando arrecadadas são repassadas às prefeituras.

(3) **Termo de ajuste de conduta - TAC** - o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta - TAC nº 004/2008, celebrado entre a Companhia e a ANEEL em 25 de março de 2008, relativo à violação de metas de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência de Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC constatado pela ANEEL/SFE, no período de 01/01/2006 a 20/03/2007.

(4) **Previdência privada - contribuição normal** - o valor apresentado refere-se aos descontos efetuados na folha de pagamento dos empregados referente a previdência privada Eletros, cujo repasse dar-se-á no mês subsequente ao desconto.

(5) **Ressarcimento Ativo Imobilizado em curso - AIC - Eletrobrás** - corresponde a obrigação de ressarcimento prevista no edital do processo de desestatização nº 2/2018-PPI/PND, cujo montante foi estabelecido em 50% do Ativo Imobilizado em Curso - AIC não depreciados, constituídos até fevereiro de 2017 e devidamente homologados na Nota Técnica nº 219/2020-SFF/ANEEL. Os valores são atualizados pela variação de 111% da Selic, cujo prazo contratual foi acordado em 60 parcelas mensais, iniciadas em fevereiro de 2022, conforme movimentação abaixo:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	105.676	128.552
Pagamento	(42.589)	(33.593)
Atualização	17.416	10.717
Saldo em 2023 e 2022	80.503	105.676
Circulante	25.422	25.362
Não Circulante	55.081	80.314

26. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

26.1. Capital Social

O capital social subscrito é de R\$3.468.699 (R\$3.449.025 em 2022) e está representado por 19.124.876 (7.965.336 em 2022) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 24 de abril de 2023, o Conselho da Administração da Companhia aprovou, dentro do capital autorizado, um aporte de capital no montante de R\$1.967.427 mediante a emissão de 1,401013089717750 ação para cada ação existente, totalizando 11.159.540 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$176,30 por ação, sendo (i) R\$1,763 por ação destinado ao capital social correspondente à destinação de R\$19.674 milhões para o capital social; e (ii) R\$174,537 por ação destinado à formação da conta de reserva de capital correspondente à destinação de R\$1.947.753 milhões para a reserva de capital. O preço de emissão foi definido pelo valor justo apurado nos termos do laudo de avaliação emitido pela empresa especializada contratada. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela Companhia mediante capitalização de saldo dos créditos detidos oriundos do instrumento particular de mútuo financeiro e de adiantamentos para futuro aumento de capital, aos acionistas detentores da posição acionária na Companhia na data de 28 de abril de 2023, observado o direito de preferência dos demais acionistas. Findo o prazo de 30 (trinta) dias concedido a todos os acionistas da controlada para o exercício do direito de preferência, contados da data da publicação do aviso aos acionistas, nenhum acionista minoritário acompanhou o aporte de capital.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, sempre que as atividades e negócios da Companhia assim o exigirem, até o limite de 23.896.010 (vinte e três milhões, oitocentos e noventa e seis mil e dez) ações ordinárias, competindo ainda ao Conselho de Administração definir as condições a que estarão sujeitos tais aumentos.

26.2. Reserva de Capital

	2023	2022
Transações entre sócios ⁽¹⁾	(117.560)	(117.560)
Outras reservas de capital ⁽²⁾	2.807.418	859.665
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	1.707	1.263
Total	2.691.565	743.368

(1) Refere-se valor de ressarcimento à Eletrobras, previsto no edital do processo de desestatização nº 2/2018-PPI/PND, cujo montante foi estabelecido em 50% do Ativo Imobilizado em Curso - AIC não depreciados, constituídos até fevereiro de 2017 e devidamente homologados na Nota Técnica nº219/2020-SFF/ANEEL. (Vide nota explicativa nº 25).

(2) Aumento de capital conforme Reunião de Conselho de Administração de 24 de março de 2023.

(3) Implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (nota explicativa nº 12).

26.3. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações

financeiras.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	332	(1.978)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(312)	2.310
Saldo em 2023 e 2022	20	332

27. Receita operacional

	2023			2022		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	530.557	1.675.158	1.332.489	521.893	1.557.157	1.096.640
Industrial	2.445	265.030	178.110	2.404	276.235	161.768
Comercial	49.080	672.177	546.401	49.005	643.283	459.963
Rural	116.186	382.392	306.318	116.884	374.798	251.037
Poder público	4.786	249.478	176.936	4.733	226.216	142.469
Iluminação pública	336	144.522	66.871	335	147.575	62.229
Serviço público	366	62.820	37.630	344	57.511	30.628
Consumo próprio	171	5.943	-	185	5.594	-
Subtotal	703.927	3.457.520	2.644.755	695.783	3.288.369	2.204.734
Suprimento de energia a concessionárias	-	192	1.693	-	109.479	27.323
Fornecimento não faturado líquido	-	23.899	17.289	-	15.682	6.271
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	106	-	106.418	74	-	68.700
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	366.237	-	-	613.728
Penalidades regulatórias	-	-	(22.128)	-	-	(12.474)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	1.673	-	-	11.226
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	25.457	-	-	226.908
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	96.467	-	-	82.280
Outras receitas operacionais	-	-	24.059	-	-	21.385
Total - receita operacional bruta	704.033	3.481.611	3.261.920	695.857	3.413.530	3.250.081
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	443.712	-	-	352.965
PIS	-	-	40.501	-	-	37.518
COFINS	-	-	186.552	-	-	172.807
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	8.409	-	-	7.264
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	3.078	-	-	1.817
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	237.924	-	-	225.191
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.214	-	-	3.633
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	4.574	-	-	3.633
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	2.291	-	-	1.817
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	2.825	-	-	2.460
Total - deduções receita operacional	-	-	934.080	-	-	809.105
Total - receita operacional líquida	704.033	3.481.611	2.327.840	695.857	3.413.530	2.440.976

(*) Não examinado pelos auditores independentes

(1) Receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

28. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

	Custo do serviço			Despesas operacionais gerais e administrativas	TOTAL	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros		2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	937.910	-	-	-	937.910	912.925
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	148.952	-	-	-	148.952	131.767
Pessoal e administradores	-	92.243	-	25.080	117.323	115.495
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	444	444	425
Benefícios pós emprego	-	532	-	836	1.368	3.040
Material	-	24.651	16	12.123	36.790	31.544
Serviços de terceiros	-	97.888	-	76.195	174.083	165.975
Amortização e depreciação	-	117.396	-	19.298	136.694	55.662
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD)	-	59.168	-	-	59.168	83.778
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e Ambientais	-	-	-	66.416	66.416	25.349
Custo de construção da infraestrutura	-	-	366.237	-	366.237	613.728
Outros	-	(1.678)	430	22.482	21.234	36.436
Total	1.086.862	390.200	366.683	222.874	2.066.619	2.176.124

Energia elétrica comprada para revenda

	MWH ⁽³⁾		R\$	
	2023	2022	2023	2022
Energia de leilão	3.144.232	3.237.540	633.590	642.403
Energia bilateral	133.447	210.416	70.143	110.175
Reembolso CCC	-	-	(24.799)	(49.454)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	121.445	117.361	41.505	40.245
Energia de curto prazo - CCEE ⁽¹⁾	536.891	45.853	53.264	30.930
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	707.087	894.235	114.591	120.219
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	75.220	73.734	38.931	42.324
Energia de reserva - ERR	-	-	95.517	55.922
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(84.832)	(79.839)
Total	4.718.322	4.579.139	937.910	912.925

⁽¹⁾ Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão e encargos de serviços do sistema.

⁽²⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes.

29. Outros resultados

	2023	2022
Outras receitas:		
Ganho na desativação de bens e direitos	9.731	11.381
Ajuste de inventário	-	6.201
	9.731	17.582
Outras despesas:		
Perdas na desativação de bens e direitos	(73.386)	(45.058)
Outras	(11.854)	(13.246)
	(85.240)	(58.304)
Total	(75.509)	(40.722)

30. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	20.372	12.949
Variação monetária e acréscimos moratórios de energia vendida	39.059	43.124
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	(719)	3.567
Juros Selic s/ impostos a recuperar	3.324	877
Atualização financeira - CCEE	383	903
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(6.785)	(6.678)
Indenização à concessão	1.835	12.338
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	4.464	13.961
Atualização Depósito Judicial	74.018	50.571
Outras receitas financeiras	1.659	7.804
Total das receitas financeiras	137.610	139.416
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(252.863)	(282.675)
Encargos de dívidas - variação monetária	(28.992)	(17.470)
Marcação a mercado de dívidas	(92.392)	31.802
Marcação a mercado de derivativos	94.260	(31.552)
Instrumentos financeiros derivativos	(77.990)	(99.517)
Ajuste a valor presente	3.280	(10.585)
Atualização de mútuos	(119.360)	(134.190)
Transferência para ordens em curso	3.424	7.835
Despesas de IOF/Bancárias	(19.191)	(21.194)
Despesa Financeira CCEE	(410)	(647)
Atualização monetária de provisão para riscos	(93.160)	(73.573)
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(224)	(175)
Atualização saldo à aplicar de P&D e PEE	(4.227)	(3.016)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(9.032)	(14.212)
Juros e Multas	(3.984)	(923)
Incorporação de redes	9.265	(48.843)
Outras despesas financeiras	(18.509)	(11.947)
Total das despesas financeiras	(610.105)	(710.882)
Despesas financeiras líquidas	(472.495)	(571.466)

31. Prejuízo por ação

Cálculo de prejuízo por ação (em milhares de reais, exceto o valor por ação):

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(287.181)	(350.008)
Média ponderada das ações	16.335	7.651
Prejuízo básico por ação - R\$(¹)	(17,58)	(45,75)

(1) A Companhia não possui instrumento diluidor.

32. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por

reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos de Seguros	Data do vencimento	Importância segurada	Total Prêmio	
			2023	2022
Riscos Diversos (RD) Equipamentos	14/02/2025	10.000	149	73
Seguro de Proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2024	30.000	103	113
Risco Operacional	22/06/2025	90.000	2.612	1.358
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	38	28
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	56.378	173	155
Auto- frota	23/10/2024	Até 1.110/veículo	124	99
Transporte Nacional	04/04/2024	Até 5.000/viagem	19	27
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	495	327
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2025	1.061/ drone	1	4
			3.714	2.184

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$1.673 (R\$11.226 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		97.491	97.491	74.405	74.405
Consumidores e concessionárias		593.392	593.392	580.267	580.267
Ativos financeiros setoriais		49.612	49.612	34.407	34.407
		740.495	740.495	689.079	689.079
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	174.035	174.035	107.993	107.993
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	368.809	368.809	268.035	268.035
Instrumentos financeiros derivativos	2	223.009	223.009	131.164	131.164
		765.853	765.853	507.192	507.192
PASSIVO	Nível	2023		2022	

		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		242.447	242.447	194.501	194.501
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		2.957.118	2.966.061	3.094.734	3.105.705
Arrendamentos operacionais		2.095	2.095	2.487	2.487
Passivos financeiros setoriais		138.153	138.153	53.080	53.080
		3.339.813	3.348.756	3.344.802	3.355.773
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	70.541	70.541	86.093	86.093
		70.541	70.541	86.093	86.093

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “*swap*” (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2023 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “*hedge*” de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de “*swap*” são designados e efetivos como “*hedge*” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “*hedge*” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$93.311 (R\$35.873 em 31 de dezembro de 2022) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “*swap*” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “*swap*” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “*swaps*” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2023, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$919 (R\$4.071 em 31 de dezembro de 2022) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2022	2022
Dívida ⁽¹⁾	2.957.118	3.094.734
Caixa e equivalentes de caixa	(97.491)	(74.405)
Dívida líquida	2.859.627	3.020.329
Patrimônio líquido ⁽²⁾	181.432	(1.552.723)
Índice de endividamento líquido	15,76	(1,95)

(1) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira) e encargos de dívidas, conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e 20.

(2) O patrimônio líquido, inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		237.992	-	-	-	4.455	242.447
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,62%	436.464	98.723	1.745.561	459.671	1.279.486	4.019.905
Instrumentos Financeiros Derivativos		28.402	24.889	(92.697)	(20.975)	(92.087)	(152.468)
Total		702.858	123.612	1.652.864	438.696	1.191.854	4.109.884

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	97.491	74.405
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	174.035	107.993
Consumidores e concessionárias	6	593.392	580.267
Ativos financeiros setoriais	9	49.612	34.407
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	368.809	268.035
Instrumentos financeiros derivativos	33	223.009	131.164

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados nas notas explicativas nº 19, é composta de financiamentos obtidos junto à CCEE. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com queda de 7,21% sobre 2022, cotado a R\$4,8413 /USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2023 era de 9,87% (16,00% em 2022).

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro 2023, excluídos os efeitos dos custos com captação de R\$2.976.529 (R\$3.110.294 em 2022), R\$574.995 (R\$544.730 em 2022) estão representados em dólares, conforme notas explicativas nº 19 e 20. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2023	2022
Ativo circulante	13.669	21.308
Ativo não circulante	209.340	109.856
Total do Ativo	223.009	131.164
Passivo circulante	66.960	86.093
Passivo não circulante	3.581	-
Total do Passivo	70.541	86.093

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “*hedge*” e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 6,1785%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	61.074	USD + 7,87%	CDI + 1,65%	02/08/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	41.376	SOFR + 0,84% x 117,647%	CDI + 1,65%	29/09/2025	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “*Notional*” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA	195.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú BBA	130.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
JP Morgan	78.913	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge

BAML	10.389	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
JP Morgan	92.800	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Não Designada
BAML	253.694	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,789%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BAML	156.306	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,945%	15/04/2032	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como “*fair value hedge*”, vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida designada para “Fair Value Option”	573.398	519.452	Moeda Estrangeira - USD	(574.935)	(544.627)
Swap Cambial (Derivativo)	573.398	519.452	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD	570.003	544.627
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(597.317)	(527.092)
			Posição Líquida Swap	(27.314)	17.535
Posição Líquida Dívida + Swap	(602.249)	(527.092)			

A Companhia designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros e taxa pré-fixada dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida (Objeto de <i>Hedge</i>) ⁽¹⁾	917.103	917.103	Taxa Pré-Fixada	(1.032.690)	(895.040)
Swap de Juros (Instrumento de <i>Hedge</i>)	917.103	917.103	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	1.142.372	992.978
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(962.590)	(965.442)
			Posição Líquida Swap	179.782	27.536
Posição Líquida Dívida + Swap	(852.908)	(867.504)			

(1) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD	(573.398)		(556.486)	(695.992)	(835.498)
Varição Dívida	-		16.912	(122.594)	(262.100)
Swap Cambial					
Posição Ativa		Alta do câmbio			
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD	570.003		561.431	701.789	842.147
Varição - USD	-		(8.572)	131.786	272.144
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(597.317)		(597.317)	(597.317)	(597.317)
Subtotal	(27.314)		(35.886)	104.472	244.830
Total Líquido	(600.712)		(592.372)	(591.520)	(590.668)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 2023, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$591.520 e R\$590.668, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(917.103)		(917.103)	(917.103)	(917.103)
Swap de Juros					
Posição Ativa		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	1.142.372		1.142.372	1.142.372	1.142.372
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(962.590)		(962.590)	(1.029.342)	(1.095.474)
Varição - CDI + TJLP	-		-	(66.752)	(132.884)
Subtotal	179.782		179.782	113.030	46.898
Total Líquido	(737.321)		(737.321)	(804.073)	(870.205)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de

dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	214.257	Alta CDI	19.283	24.104	28.925
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(597.317)	Alta CDI	(53.759)	(67.199)	(80.639)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(716.332)	Alta CDI	(64.470)	(80.588)	(96.705)
	(1.540.483)	Alta IPCA	(71.170)	(88.963)	(106.755)
Subtotal ⁽²⁾	(2.854.132)		(189.399)	(236.750)	(284.099)
Total - (Perdas)	(2.639.875)		(170.116)	(212.646)	(255.174)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023 e IPCA 4,62% ao ano.

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$122.397.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, bem como se antecipando para futuras necessidades de caixa.

34. Benefícios pós-emprego

34.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão e plano de saúde:

	Plano de Saúde	Plano de Previdência - Serviço passado - Plano CD ⁽¹⁾	Total	
			2023	2022
	318	22.186	22.504	22.904
Circulante	33	884	917	16.661
Não circulante	285	21.302	21.587	6.243

(1) Plano de Previdência - Serviço passado - Plano CD - Refere-se ao valor correspondente ao serviço passado dos funcionários, aprovados pelos órgãos diretivos da Companhia em 2017, cuja adesão foi opcional e paritária nos termos do Ofício nº 147/2017/AEGE/SE-MME, cuja formalização junto ao Plano CD CERON (Plano Energisa Rondônia) foi realizada por meio do Ofício nº 22592 de 19 de março de 2018.

Os saldos e as obrigações foram assumidos pelo atual plano de previdência, com a manutenção de todas as condições e prazos estabelecidos quando da sua constituição. O reconhecimento inicial foi de R\$90.010, apurados com base nos cálculos atuariais iniciais apresentados no Parecer atuarial emitido pela ELETROS nº 010/2017, sendo este submetido à aprovação pela SEST, observadas as condições e recomendações descritas na Nota Técnica nº 4.614/2018-MP. Em 2023 o saldo é de R\$22.187 (R\$22.899 em 2022).

34.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33(R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2023 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa Rondônia	CD	Fechado	26/07/2011	Plano encerrado.
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$3.267 (R\$3.039 em 2022, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado).

Em 2023 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$1.899, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora EAC está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2023	2022
Ativos	1.089	964
Autopatrocinados	10	2
Benefício Proporcional Diferido - BPD	37	8
Assistidos	162	-
Total	1.298	974

Migração entre planos

Em 2023 os participantes dos Planos da Companhia receberam a opção de migração voluntária para Plano Energisa CD, com efetivação no mês de maio/2023. O resultado da migração está apresentado abaixo:

Plano	Quantidade		%	
	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido
Plano Energisa Rondônia	116	153	100%	100%

34.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício de 2023 as despesas com o plano de saúde foram de R\$4.731 (R\$6.029 em 2022). Inclui R\$1 referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego em 2022.

A seguir são apresentadas a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, a movimentação do passivo atuarial no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

	2023	2022
Valor presente das Obrigações no início do exercício	5	2.102
Custo do serviço corrente	-	1
Custos dos juros	1	212
(Ganho)/Perdas atuariais - ORA	312	(2.310)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	318	5
Circulante	33	1
Não Circulante	285	4

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2024, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

	2024
Custo do Serviço Corrente	1
Custo dos juros	32
Total de despesa a ser reconhecida	33

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2023		2022	
	Unimed Nacional	Bradesco	Unimed Nacional	SULAMERICA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	5,75%	6,26%	6,26%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	5,00%	5,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	Nulo	3%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

35. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia ⁽¹⁾					
Vigência	2024	2025	2026	2026	após 2027
2024 a 2054	800.466	719.489	908.771	868.644	15.399.166

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do PROINFA e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os mesmos foram homologados pela ANEEL.

36. Meio Ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

- Expansão e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental - SGA e obteve a certificação NBR ISO 14.001-2015 para subestações e Sede Administrativa da Energisa Rondônia. Cabe destacar que mais uma vez é a primeira empresa do grupo Energisa a obter a certificação como foco em Sede Administrativa. A partir da implantação e manutenção da ISO 14.001:2015 a Energisa Rondônia evidencia e ratifica o seu compromisso com a melhoria contínua do seu sistema de gestão ambiental.
- Para as construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações são elaborados Relatórios Ambientais Simplificados - RAS, Plano de Controle Ambiental - PCA visando mitigar os impactos com meios bióticos e físicos. Além disso são elaborados estudos de arqueologia preventiva com anuência do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos dentro da área de influência direta dos empreendimentos. Quando encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico-cultural, como também a elaboração e execução de projetos para resgate arqueológico. São mantidos profissionais de meio ambiente de forma integral nos projetos para executar a gestão ambiental.
- Execução de projetos de remediação em áreas de Usinas Termoelétricas em Rolim de Moura e Pimenta Bueno, visando sanear passivo ambiental oriundo da antiga Centrais Elétricas de Rondônia.
- Investimento para manutenção da regularidade de 100% das licenças ambientais dos ativos operacionais, contemplando todas as subestações, linhas de distribuição de alta tensão e base operacional Tiradentes.
- Alinhada a visão de preservação e conservação ambiental, a Companhia foi parceira e patrocinadora do Projeto Quelônios do Vale do Guaporé que tem por objetivo de monitorar a postura de ovos, eclosão e soltura de tartaruga da Amazônia. Ação desenvolvida com a Associação Comunitária Quilombola e Ecológica do Vale do Guaporé - ECOVALE e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, através do projeto foi possível a soltura de mais de 5 milhões de filhotes de tartaruga da Amazônia.
- Desenvolvimento de campanhas de educação ambiental tanto para colaboradores, quanto para comunidades externa com temáticas voltadas a redução de consumo de água e energia, coleta seletiva, noções de sustentabilidade e práticas ambientais. Participação em eventos externos através da distribuição de faixas, adesivos e folders (Dia Mundial da Água, Semana do Meio Ambiente, Conscientização de Prevenção de Fogo e Mega Plantio de Árvores).
- Realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.

- Doação de mudas de para os projetos de urbanização da cidade de Porto Velho, além de doação de mudas de castanheira para o projeto Plante Castanha Brasil que posteriormente serão distribuídos a produtores rurais, após 8 anos de plantadas começaram a produzir e se tornarão uma fonte de renda para os produtores.
- Supervisão periódica de meio ambiente por meio de vistorias técnicas para a elaboração dos relatórios de monitoramento ambiental dos empreendimentos com Licenças de Operação - LO e de empreendimentos que estão em construção, que são encaminhados para os órgãos licenciadores. A apresentação desses relatórios é condicionante e determinante previstas na emissão das licenças. Internamente, as não conformidades identificadas, de acordo com a sua natureza, são informadas, através de notificação, para as áreas responsáveis, para que adotem as providências e medidas mitigadoras necessárias.
- A utilização do Caminhão da eficiência energética nos trabalhos junto às comunidades incentiva mudanças de hábitos no consumo da energia elétrica, orientando sobre a forma racional e segura, sem desperdício e chamando atenção quanto aos riscos da interferência na rede elétrica. A interação com os experimentos do Caminhão da Eficiência Energética permite apresentar aos participantes os meios de geração, transmissão e distribuição da energia, chamando a atenção para práticas mais sustentáveis.
- Alinhada à sua Política Ambiental a Companhia compõe desde o ano de 2008 o Conselho Gestor “Gestão Integrada Cuniã-Jacundá” primando pelo desenvolvimento local e regional, assegurando sustentabilidade. O Conselho, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio tem como objetivo e missão, proteger o patrimônio natural, promover o desenvolvimento socioambiental, zelando pela conservação da diversidade biológica da unidade. É composto por ONGs, faculdades, cooperativas, institutos, órgãos públicos, associações e os próprios comunitários da reserva. A Companhia desempenha importante papel social nesse grupo de trabalho.
- A Companhia executou monitoramento de ruído ambiental para verificação de interferências sonoras de equipamentos das subestações onde há circunvizinhança. Foi executado monitoramento de emissão atmosférica em veículos automotores movidos a diesel, além do monitoramento de ruído ambiental veicular.
- A Companhia obteve a certificação do Selo Ouro no reporte e publicação do Inventário de Gases de Efeito Estufa nos escopos I, II e III do Programa Brasileiro de GHG Protocol da FGV emitidas durante a execução das nossas atividades operacionais.

Em de 2023, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$2.268 (R\$2.330 em 2022), sendo R\$26(R\$79 em 2022) alocados no ativo intangível e R\$2.242(R\$2.252 em 2022) em despesas operacionais.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

37. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	99.546	138.549
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	1.673	11.226
Atividades Operacionais		
Fornecedores a prazo	48.552	50.595
Atividades de Investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	48.552	50.595
Intangível - Incorporação de redes	31.229	20.157

Atividades de Financiamento

Intangível - Incorporação de redes	31.229	20.157
Intangível - CPC 06(R2)	19.674	-
Reservas de capital	1.947.753	-

- * -

Declaração dos Diretores da Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Porto Velho, 12 de março de 2024.

André Luís Cabral Theobald
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Fernando Espindula Corradi
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" RO

Declaração dos Diretores da Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Porto Velho, 12 de março de 2024.

André Luís Cabral Theobald
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Fernando Espindula Corradi
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" RO

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Diretoria Executiva

André Luís Cabral Theobald
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Fernando Espindula Corradi
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" RO

Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4